

MARCOS ANTÔNIO DE BRITO

QUALIDADE DE VIDA E SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS À COOPERATIVA
AGROINDUSTRIAL DE BREJO SANTO LTDA – COOPABS,
NO ESTADO DO CEARÁ

UFC/BU/BEA 01/08/2002



R1518127 Qualidade de vida e satisfação
C742015 dos assoc
306

B875q

FORTALEZA – CEARÁ

2002

MARCOS ANTÔNIO DE BRITO



QUALIDADE DE VIDA E SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS À COOPERATIVA
AGROINDUSTRIAL DE BREJO SANTO LTDA – COOPABS,
NO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, do Departamento de Economia Agrícola, do Centro de Ciências Agrárias, como requisito parcial para obtenção do título de mestre
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA-CEARÁ
2002



AGRADECIMENTOS

Aos meus pais,

Aos meus irmãos,

À minha mulher,

A todos os meus familiares e conhecidos,

A todos os meus amigos,

A todos os meus professores,

A todos os meus colegas,

A todos os meus amigos de infância,

A todos os meus amigos de faculdade,

A todos os meus amigos de trabalho,

A todos os meus amigos de cidade,

A todos os meus amigos de estado,

A todos os meus amigos de país,

A todos os meus amigos de mundo.

Aos meus pais, Expedita e Raimundo, por me prepararem para a vida;

Aos meus irmãos, pelo apoio incondicional em todas as fases da minha vida;

À minha mulher, Lourdes, fonte de minha inspiração, e todos os meus familiares e conhecidos, por fazerem parte da minha vida.

DEDICO



AGRADECIMENTOS

A Deus, criador, pai e mestre dos mestres.

Aos meus pais, em especial à minha mãe, pelo apoio irrestrito em toda a minha fase estudantil.

Aos meus irmãos, pelo apoio moral.

À minha mulher, por compreender-me nos momentos mais críticos, cedendo-me um pouco do nosso tempo de lazer e prazer.

Ao prof. Dr. Ahmad Saeed Khan, meu orientador, fundamental na execução deste ensaio, dando sugestões e fazendo críticas que facilitaram o desfecho deste trabalho.

À prof^a Lúcia Maria Ramos Silva (D.L.), pelas críticas construtivas e valiosas sugestões na realização desta pesquisa.

Ao Dr. Lucas Antônio de Sousa Leite – D.Sc., por fazer parte da minha Banca e por dar valiosas contribuições no desenvolvimento deste trabalho.

Aos demais professores do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará.

Ao Presidente da Organização das Cooperativas do Ceará – OCEC, Agamenon Leite Coutinho.

Ao Presidente da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda. – COOPABS, José Renato Medeiros Braga, seus associados e seus trabalhadores, pelas informações prestadas no ato das entrevistas.

Ao amigo José Alfredo Nicodemos da Cruz, por alegrar a turma com a sua simpatia e, principalmente, por me ajudar na fase da coleta de dados.

A todos os meus colegas de turma.

Ao apoio financeiro recebido da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a minha titulação.

SUMÁRIO



	Página
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE TABELAS DO APÊNDICE	11
LISTA DE FIGURAS DO APÊNDICE.....	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	13
RESUMO	14
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Origem do Cooperativismo	15
1.2 Desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil	20
1.3 Desenvolvimento do Cooperativismo no Ceará	22
1.4 O Problema e a sua Importância	23
2 OBJETIVOS	26
2.1 Objetivo Geral	26
2.2 Objetivos Específicos	26
3 METODOLOGIA	27
3.1 Área de Estudo	27
3.1.1 Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda – COOPABS	28
3.2 Aspectos Conceituais	29
3.2.1 Qualidade de Vida.....	29
3.2.2 Índice de Qualidade de Vida	34
3.3 Métodos Analíticos	38
3.3.1 Análise Tabular e Descritiva	38
3.3.2 Determinação do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC.....	38
3.3.2.1 <i>Consolidação das Variáveis Utilizadas no Cálculo do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC</i>	40
3.3.3 Determinação do Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC	43
3.3.3.1 <i>Variáveis Utilizadas no Modelo para o Cálculo do Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC</i>	45



	Página
3.4 Natureza dos Dados	48
3.5 Tamanho da Amostra	49
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	51
4.1 Perfil Sociocultural e Econômico do Cooperado	51
4.1.1 Idade	51
4.1.2 Local de Residência	52
4.1.3 Escolaridade	52
4.1.4 Número de Filhos	53
4.1.5 Tradição na Agricultura	54
4.1.6 Tamanho da Propriedade	54
4.1.7 Atividades que Proporcionam maior Rendimento aos Associados ...	55
4.1.8 Atividades Desenvolvidas Fora do Setor Agropecuário	56
4.1.9 Rendimento Familiar	58
4.2 Qualidade de Vida dos Associados à COOPABS	60
4.2.1 Considerações sobre os Indicadores que Formam o Índice de Qualidade de Vida	61
4.2.2 Análise do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC ...	66
4.3 Nível de Satisfação dos Associados em Relação aos Serviços Prestados pela COOPABS	67
4.3.1 Considerações sobre os Indicadores que Formam o Índice de Satisfação dos Cooperados	68
4.3.2 Análise do Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC	71
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES	73
5.1 Conclusões	73
5.2 Sugestões	74
6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	75
APÊNDICE	84



LISTA DE TABELAS

TABELA		Página
01	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a faixa etária, no Município de Brejo Santo, 2001.....	51
02	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o local de residência, no Município de Brejo Santo, 2001	52
03	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o grau de instrução, no Município de Brejo Santo, 2001.....	53
04	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a quantidade de filhos por família, no Município de Brejo Santo, 2001.....	53
05	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, de acordo com a tradição na agricultura, no Município de Brejo Santo, 2001.....	54
06	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o tamanho da propriedade, no Município de Brejo Santo, 2001	55
07	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, de acordo com a atividade que lhes garante maior rendimento na propriedade, no Município de Brejo Santo, 2001	56

TABELA

Página

08	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a origem de seus rendimentos, no Município de Brejo Santo, 2001.....	56
09	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a origem de seus rendimentos fora da agropecuária, no Município de Brejo Santo, 2001.....	57
10	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o rendimento mensal fora da agropecuária, no Município de Brejo Santo, 2001.....	58
11	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a complementação de renda do cônjuge do associado, no Município de Brejo Santo, 2001.....	58
12	Freqüências absoluta e relativa dos cônjuges dos associados à COOPABS, conforme a atividade que lhes gera renda, no Município de Brejo Santo, 2001.....	59
13	Freqüências absoluta e relativa dos cônjuges dos associados à COOPABS, segundo a renda mensal obtida, no Município de Brejo Santo, 2001.....	60
14	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, segundo a renda familiar mensal obtida fora da agropecuária, no Município de Brejo Santo, 2001.....	60
15	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a disponibilidade de serviços de saúde, no Município de Brejo Santo, 2001.....	62

TABELA	NOME DAS TABELAS DO APÊNDICE	Página
16	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a disponibilidade de serviços de educação, no Município de Brejo Santo, 2001.....	63
17	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme as condições sanitárias e de higiene, no Município de Brejo Santo, 2001.....	64
18	Participação dos indicadores na composição do Índice de Qualidade de Vida.....	66
19	Freqüências absoluta e relativa da participação dos associados em assuntos relacionados à COOPABS, 2001.....	69
20	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS em relação à assistência creditícia, 2001.....	70
21	Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS em relação a revenda de insumos, 2001.....	71
22	Participação dos indicadores na composição do Índice de Satisfação dos Cooperados à COOPABS, 2001.....	72

LISTA DE TABELAS DO APÊNDICE

TABELA		Página
A1	Frequência absoluta dos países, organizações, cooperativas e cooperados no Mundo, em novembro de 1998.....	85
A2	Frequência absoluta das cooperativas brasileiras/ramos, cooperados e empregados, em dezembro de 2001.....	85
A3	Frequência absoluta das cooperativas cearenses por segmentos e cooperados, em outubro de 1999.....	86
A4	Frequência absoluta das cooperativas brasileiras por Estado da Federação, cooperados e empregados, em dezembro de 2001.....	87
A5	Perfil da cooperativa agropecuária brasileira na geração de emprego, em dezembro de 2001.....	88

LISTA DE FIGURAS DO APÊNDICE

FIGURA		Página
A1	Representação do sistema cooperativo brasileiro, em dezembro de 2001.....	89
A2	Evolução quantitativa das cooperativas brasileiras, por década de fundação, em dezembro de 2001.....	90
A3	Cartografia de Brejo Santo.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS



- ACI – Aliança Cooperativa Internacional
- ASSOCENE – Associação de Orientação à Cooperativa do Nordeste
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- COCENTRAL – Cooperativa Central dos Produtores de Algodão Ltda
- COOPABS – Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda
- DENACOOOP – Departamento Nacional de Cooperativas e Associativismo
- FNE – Fundo Constitucional do Nordeste
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICV – Índice de Condições de Vida
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IDR – Índice de Desenvolvimento Relativo
- IDS – Índice de Desenvolvimento Social
- INV – Índice de Nível de Vida
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
- OCEC – Organização das Cooperativas do Estado do Ceará
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará
- IQV – Índice de Qualidade de Vida
- IQVC – Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados
- ISC – Índice de Satisfação dos Cooperados
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

RESUMO



Desde os tempos mais remotos o homem já trabalhava em equipe para atingir determinados objetivos impossíveis de serem realizados individualmente. Isto demonstra que a idéia cooperativista sempre existiu. No entanto, foi somente com o movimento associativista de Rochdale, ensejado no segundo quartel do século XIX, que ele toma a sua forma mais definitiva, pois tem como embasamento os princípios norteadores do cooperativismo. No Brasil, o cooperativismo foi legitimado em 1971 através da lei nº 5.764. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise socioeconômica da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda – COOPABS, bem como avaliar a qualidade de vida dos associados e a satisfação destes em relação aos serviços prestados pela cooperativa. Para atingir estes objetivos, foram utilizados dados primários coletados através de entrevistas diretas com os associados. Foram calculados dois índices: o Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC e o Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC. Utilizou-se o modelo desenvolvido por FERNANDES (1997) para calcular o IQVC, que levou em consideração os indicadores saúde, educação, habitação, aspectos sanitários e de higiene, bens duráveis e lazer. Os indicadores que mais contribuíram para a composição do IQVC foram habitação, bens duráveis e lazer, enquanto os que menos contribuíram foram educação e saúde. O IQVC observado configurou-se no intervalo de média qualidade de vida. Para a aferição do ISC foi utilizada a metodologia desenvolvida por KHAN (2001), considerando-se os indicadores nível de participação nas decisões da cooperativa, assistência creditícia e revenda de insumos. O indicador que mais contribuiu para a formação do ISC foi o nível de participação, enquanto a assistência creditícia teve a menor contribuição. O ISC observado configurou-se no intervalo de satisfatório.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem do Cooperativismo

Na pré-história, os primatas se reuniam em bandos para derrotar animais enormes e ferozes e conseguir alimentos para a sua subsistência. Frequentemente, viviam em busca de melhores lugares que lhes facilitassem a consecução dos alimentos. Aquela entreajuda era, na realidade, uma espécie de cooperação instintiva no sentido mais primitivo da palavra, pois não era organizada como se observa hoje nas cooperativas, mesmo porque os nossos antecessores ainda não tinham o domínio da razão.

Na Idade Média (Idade das Trevas) tem-se um vácuo, principalmente na Alta Idade Média (quando a Filosofia escolástica era predominante), mas com a revitalização do comércio e das cidades, na Baixa Idade Média, surgem as corporações de profissionais que dão base para o capitalismo. Com a Revolução Industrial, o capitalismo nasceu de forma avassaladora. Crianças, senhoras, velhos, homens de todas as idades eram exigidos ao máximo com jornada de trabalho que ia até 18 horas/dia. Isto fez florescer uma instabilidade social que culminou com as primeiras idéias cooperativistas dos socialistas utópicos ingleses e franceses do século XVIII, que aspiravam a organizar uma sociedade ideal, justa, pacífica, feliz, sem diferenças econômicas, visando ao bem-estar coletivo.

Estes fatos mostram que bem antes do movimento cooperativista eclodir efetivamente, o homem, mesmo instintivamente, já sentia a necessidade de trabalhar o coletivo em benefício de cada indivíduo. Ações impossíveis de serem realizadas por único homem eram possíveis ao serem realizadas em equipe.

Da Pré-história à contemporaneidade o homem vem lapidando-se, dominando a razão e melhorando as suas condições de vida. Houve uma enorme evolução do homem ao longo dos três últimos séculos do segundo milênio, que foram, sem dúvida, de crucial relevância para a humanidade.

Após o advento do capitalismo, apareceram vários movimentos no sentido de melhorar a qualidade de vida do homem que era bastante explorado pelos seus

padrões e vivia em condições subumanas. Mas isto só foi possível graças à ação coletiva que assegurou vários direitos para o trabalhador e sua família.

Muitos trabalhadores e pessoas da sociedade, que eram contra a forma capitalista expropriadora e avassaladora que explorava os operários e buscava a maximização do lucro desde meados do século XVIII, engendraram movimentos revolucionários de cunho socialista com o intuito de minimizar os efeitos do capitalismo e melhorar as condições de vida da população.

Na Europa, o nascimento do movimento cooperativista deu-se em razão da não-aceitação das imposições capitalistas com relação ao operariado. Este movimento desempenhou um papel importante no desenvolvimento, mas era um instrumento regulador destinado a opor-se aos abusos de comerciantes e usuários. Nos países em via de desenvolvimento, não é este o principal objetivo, mas sim o de se tornar instrumento do progresso.

Para RIOS (1989), o surgimento do cooperativismo se liga ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa do século passado, como expressão de um movimento operário, reagindo às condições de extrema exploração então existentes. Nesse ambiente de exploração econômica e de repressão policial-militar, as primeiras associações operárias são associações secretas, clandestinas. As associações de ajuda mútua constituem o embrião, simultaneamente, da previdência social, do sindicalismo e do cooperativismo. O cooperativismo europeu surge, pois, como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo.

Na Inglaterra, o movimento cooperativista, que tinha começado na primeira metade do século XVIII, encontrava-se bastante avançado no início do século XIX. Nesta etapa já havia cooperativas de consumo. Em Schortland, foi fundada a primeira cooperativa em 1769 e outras a seguiram pouco tempo depois. Tratava-se de movimentos locais sem grande importância e longe de constituírem base para uma transformação no mundo econômico-social na direção expressa pelos filósofos e teóricos.

Em toda a Europa, principalmente na Inglaterra, mesmo antes dos pioneiros de Rochdale, já havia cooperativas operando com sucesso e outras que haviam fracassado, mas foram aqueles que entraram para a história por serem os primeiros a fixarem os princípios da cooperação de forma clara e lógica, articulando todos os fatores indispensáveis ao funcionamento de uma cooperativa. Aqueles princípios foram aplicados a quase todas as cooperativas do mundo. Os pioneiros de Rochdale

foram os pioneiros não só das cooperativas de consumo, mas também das cooperativas agrícolas.

Na opinião de Wilbrandt, em conferência realizada na Fundação Calouste Gulbenkian (1967), sempre houve cooperação no mundo, mesmo antes de existir a palavra cooperativa. O que compreendemos hoje por cooperação é aquela que se desenvolveu durante o século passado na Europa, ou seja, aquele movimento baseado na iniciativa de indivíduos que queriam entreajudar-se e trabalhar em comum para melhorar a sua situação.

Para os socialistas utópicos radicais, o movimento cooperativista de Rochdale pretendia superar os males do capitalismo e eliminá-lo. Em função disto distinguem-se no cooperativismo inglês duas perspectivas de integração setorial: uma ascendente (liderada por R. Owen) e outra descendente (encabeçada por William King). A ascendente parte de uma sociedade agrícola, passa pelo beneficiamento até o setor serviços. A descendente é o inverso, parte do consumo para se chegar ao setor agrícola.

Robert Owen, um dos precursores do cooperativismo, cria na Inglaterra no final do século XVIII uma cooperativa com recursos próprios, objetivando oferecer gêneros de primeira necessidade aos associados e depois tudo o que se fizesse necessário ao seu bem-estar.

Outro importante representante dessa perspectiva associacionista foi Charles Fourier, que concebeu em território francês um tipo de comuna ideal, o falanstério, onde o trabalho, livremente consentido, é racionalmente repartido de acordo com as aptidões de cada um. Este modelo foi usado em Israel: os kibutzes, cooperativas onde não circulava a moeda.

O cooperativismo surgiu após o advento da Revolução Industrial, que despojou a classe de trabalhadores e artesãos e a expropriou dos seus recursos, tornando-a dependente e debilitada. Os capitalistas tornaram-se os principais atores da nova ordem econômica, enquanto os trabalhadores iam cedendo cada vez mais espaço. Em decorrência dessa situação incômoda, houve uma intranquilidade social que fez eclodir o cooperativismo - idéias elaboradas e inspiradas inicialmente na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX. Um ambiente de liberdade propiciou o seu surgimento, mas foi somente em 1844, na Inglaterra, na cidade de Rochdale (em Toad Lane – Beco do Sapo), em Manchester, que 28 tecelões criaram uma cooperativa de consumo, que veio a ser considerada a

fonte do cooperativismo, nascendo assim o cooperativismo moderno, organizado em princípios e normas que regiam o seu funcionamento. Eles tinham como princípios: a) adesão voluntária, b) gestão democrática; c) participação econômica dos membros; d) autonomia e independência; e) educação, formação e informação e f) interesses pela comunidade. Essa cooperativa foi criada em razão do descontentamento com a situação em que viviam esses tecelões. Então, resolveram organizar-se para combater a falta de emprego e baixos salários, que eram os principais problemas que afligiam a população em virtude do advento da Revolução Industrial. Portanto, a criação de uma cooperativa foi uma solução para continuarem empregados e com bons salários. Este movimento foi muito bem organizado, a começar pelo seu plano de ação, que visava ao seguinte: i) fundação de um armazém para o fornecimento de alimentos e vestuários aos cooperados; ii) construção ou compra de boas casas para os cooperados; iii) montagem de uma linha de produção que garantisse emprego; iv) destinação das partes-sobra para desenvolvimento moral dos cooperados; v) compra de terras para posterior divisão; vi) ajuda a outros grupos para difundir a idéia cooperativista.

Muitos debocharam, mas, ao final do primeiro ano, o seu capital passou de 28 para 180 libras. Em 1885 já contava com 1.400 cooperados.

A cooperação não nasce em Rochdale mas toma lá a forma que a consagrou, aparece como o mercúrio que rapidamente se alastra – idéia que se propaga como um sistema de vasos comunicantes, indiferente a todas as barreiras erguidas entre os homens, ignorando fronteiras, raças e religiões. Já não é a cooperação de raiz patriarcal ou religiosa, mas a cooperação de essência igualitária, associação de homens livres, livremente unidos em face de um objetivo comum.

De princípio, as cooperativas tinham por objetivo o combate aos males, ou seja, eram de natureza defensiva. O agricultor tinha que se defender dos grupos economicamente mais fortes do que ele.

A causa imediata do desencadeamento do movimento cooperativista no setor agrícola foi a grave crise econômica que atravessou a agricultura da Europa Ocidental nas proximidades de 1880. Os agricultores tinham uma vida frugal com recursos limitados ou inexistentes. Além disto eram dependentes de seus fornecedores e clientes, sujeitando-os a altas taxas de juro, o que agravava sobremaneira aquela situação de dependência.

Estes fatos levaram os agricultores a formarem cooperativas. A idéia de solidariedade, o desejo de colaborar, por simples que pareça, é essencial e indispensável para o sucesso de um movimento cooperativo.

Segundo SANTOS (1998), em 1895 nasceu a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, com sede em Genebra, Suíça, objetivando promover e fortalecer cooperativas autônomas em todo o mundo. Foi a grande responsável pela incorporação das idéias doutrinárias cooperativas pensadas por Charles Gide (1847-1932), que passou a ser a base do cooperativismo mundial. Neste mesmo ano, a ACI promoveu grande Conferência em Manchester com cooperativas de todo o mundo para analisar o novo rumo do cooperativismo.

Em 1946, as Nações Unidas deram à ACI o título de primeira organização não governamental, *status* de órgão consultivo.

A ACI atualizou em 1995 os fundamentos do cooperativismo, quais sejam: i) adesão voluntária e livre; ii) gestão democrática; iii) participação econômica dos membros; iv) autonomia e independência; v) educação, formação e informação; vi) intercooperação e vii) interesse pela comunidade.

Ainda com base em SANTOS (op. cit.), uma das preocupações hoje é que o cooperativismo seja utilizado como um instrumento de dominação dos trabalhadores, ficando longe do conteúdo doutrinário preconizado pelos 28 tecelões pioneiros, também conhecido como *fraudoperativa*, em que um empresário contrata trabalhadores (cooperados de direito, mas não de fato) com o intuito de minimizar a sua carga tributária. Outro problema nevrálgico é a falta de pessoas capacitadas para gerir as cooperativas.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (1996), em 1881 já havia 1000 cooperativas de consumo e cerca de 550.000 cooperados. Rapidamente a idéia se espalhou pelos cinco continentes, em todos os setores da economia.

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, conforme a TABELA A1 (Apêndice), observa-se que em 1998 havia aproximadamente 750 mil cooperativas e mais de 720 milhões associados em todo o mundo. Estas cooperativas estão divididas nos segmentos agropecuário, consumo, crédito, educacional, energia e telecomunicações, especial, serviços, habitacional, infraestrutura, mineração, produção, trabalho, saúde, turismo e lazer, dentre outros.

1.2 Desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (1996a), os jesuítas foram os pioneiros do cooperativismo no Brasil, pois, com a sua chegada, evidenciou-se o início da construção de um Estado cooperativo em bases integrais, no qual o trabalho coletivo visava ao bem-estar do indivíduo e da família.

Entretanto, a exemplo da maioria dos países europeus, também o Brasil, somente a partir do século XIX, recebeu a influência do movimento cooperativista rochdaleano. Alguns historiadores registraram no Brasil a presença da primeira dessas sociedades em 1847, quando Jean Maurice Faivre, médico francês, fundou no Paraná, a colônia Teresa Cristina que desapareceu após a sua morte. Em 1889, Giovanni Rossi, agrônomo italiano, fixou em Palmeira, no Paraná, uma cooperativa que durou apenas cinco anos. Em 1895 foi instalada uma cooperativa de consumo em Camaragibe - PE, pelo Sr. Carlos Alberto de Menezes. Mas a primeira estruturada nos princípios de Rochdale foi instalada em 1902, com as Caixas de Reiffeisen, no Rio Grande do Sul, pelo padre jesuíta Teodoro Amstad. Em crises recessivas, o cooperativismo é visto como solução. Foi num ambiente de crise (recessão da década de 1930) que surgiu a primeira lei específica sobre o cooperativismo brasileiro pelo decreto nº 22.239, legitimando-o em 19 de dezembro de 1932; ficou em vigor até 1966. Em 1966, com o decreto lei 59/1966 de 21 de novembro, regulamentado pelo decreto nº 60.597 de 14 de abril de 1967, o cooperativismo brasileiro foi submetido ao centralismo estatal e perdeu muitos incentivos fiscais.

Com a implantação de várias cooperativas em diferentes ramos e as dúvidas que apareceram entre os cooperados, sentiu-se a necessidade de criar um órgão capaz de auxiliá-los na implantação e continuidade de suas cooperativas. Desta forma, instituiu-se a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, representante legal das cooperativas e técnico-consultivo do Governo. O Nordeste tem como representante das cooperativas a ASSOCENE (Associação de Orientação à Cooperativa do Nordeste). Em nível mais desagregado, as representantes das cooperativas são as OCE's, que são organizações nos estados da Federação. Assim, a OCB é constituída de OCE's, e cada OCE tem um voto na eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da OCB.

A OCB, na realidade, só foi concretizada durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativas, de 2 a 6 de dezembro de 1969, em Belo Horizonte. Conseguiu-se sua legitimidade pela lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, como pessoa jurídica, com sede em Brasília. Esta lei definia o regime jurídico das cooperativas, sua constituição e funcionamento e requisitos para a viabilização do sistema brasileiro de cooperativismo na fase de autogestão.

A OCB presta serviços às cooperativas em âmbito nacional, nas seguintes áreas: banco de dados, organização do quadro social, capacitação, autogestão, comunicação, assessoria jurídica, assessoria parlamentar, assessoria técnica e econômica, relações internacionais, conselhos, especialização e comissão OCB de capacitação.

Tem-se ainda o DENACOOB (Departamento Nacional de Cooperativas e Associativismo), criado pelo decreto legislativo nº 6, de 10 de maio de 1990, e está subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Este tem como finalidade desenvolver atividades relacionadas com cooperativismo e associativismo.

Malgrado o cooperativismo brasileiro ter sido concebido tendo como ênfase os princípios norteadores do movimento ocorrido na Europa durante o século XIX, atualmente acentua uma tendência como uma empresa cooperativa voltada para a eficácia e distante de preocupações doutrinárias.

Vale ressaltar que o poder público no Brasil incentiva a organização de cooperativas. De acordo com a Constituição de 1988, artigo 174, parágrafo 2º, apóia-se e estimula-se o cooperativismo e outras formas de associativismo, além de fornecer tratamento diferenciado e privilégios.

Conforme a OCB (1996a), o cooperativismo agropecuário é o mais conhecido em todo o Brasil. Participa das exportações, melhorando o desempenho da balança comercial e abastece o mercado interno de alimentos. É atualmente o segmento mais forte do cooperativismo brasileiro.

Para se ter uma idéia da magnitude do cooperativismo, em dezembro de 2001, havia, somente no Brasil, 7.026 cooperativas e 4.779.147 cooperados distribuídos nos diversos ramos mencionados anteriormente, sendo os segmentos consumo, crédito e agropecuário os que apresentam o maior número de cooperados (respectivamente, 1.467.386, 1.059.369 e 822.294). Com relação ao número de cooperativas, os segmentos trabalho, agropecuário e crédito apresentam o maior

número de cooperativas (respectivamente, 2.391, 1.587 e 1.038). No que diz respeito ao número de empregados, o segmento agropecuário emprega mais de 108 mil pessoas (TABELA A2 – Apêndice).

1.3 Desenvolvimento do Cooperativismo no Ceará

Segundo a Organização das Cooperativas do Estado do Ceará – OCEC (1995), a primeira cooperativa a ser instalada no Estado foi no segmento de crédito. A Cooperativa Bancária Ltda foi criada em Fortaleza, em 1943, quase um século depois de Rochdale. No mesmo ano de 1943, surgiu a Cooperativa Serrana Agropecuária de Guaramiranga Ltda, cujo presidente era o Sr. João Farias Ferreira Lima.

Em 1950 criou-se a Cooperativa de Crédito de Fortaleza. Em 1971, o empresário Edson Queiroz comprou quotas-parte daquela cooperativa, que a partir desse momento passou a ser chamada BANFORT – Banco Popular de Fortaleza.

Segundo a OCEC (op. cit.), a primeira cooperativa criada por mulher no Ceará foi a Cooperativa de Crédito e Consumo Social Ltda, em 1951.

Em 1956 foi criada a União das Cooperativas do Estado do Ceará (UCEC), a qual foi destituída em 1972 para a consolidação da Organização das Cooperativas do Estado do Ceará – OCEC.

Os anos de 1970 podem ser considerados como a fase áurea do cooperativismo agropecuário cearense. Isto porque o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco do Brasil (BB) incentivaram sobremaneira a cotonicultura no Ceará. Com este advento, várias cooperativas se organizaram e criaram a Cooperativa Central dos Produtores de Algodão Ltda (COCENTRAL), que foi muito importante para o desenvolvimento da cultura do algodão no Estado do Ceará.

Na década de 80, com a devastação da cultura do algodão potencializada pela praga do bicudo (do latim, *Anthonomus grandis*, Boheman) e, principalmente, a falta de incentivo do Governo e a falta de competitividade do algodão cearense com relação aos produtos importados, muitas cooperativas faliram. Contudo, na década de 1990, com o advento do Fundo Constitucional do Nordeste – FNE, dá-se novo

alento ao cooperativismo agropecuário. Este fundo incentiva a criação de cooperativas de produtores rurais, voltada especialmente para a pecuária de leite, fruticultura e grãos em geral.

No ano de 1995, foi criado o Programa Estadual de Apoio ao Cooperativismo Cearense, em parceria com o Departamento de Cooperativismo e Associativismo – DENACOOP.

Conforme a TABELA A3 (Apêndice), observa-se que existem no Ceará 269 cooperativas, com o total de 82.771 cooperados, empregando 2.394 pessoas.

1.4 O Problema e a sua Importância

O Ceará tem apresentado altas taxas de crescimento econômico e alto índice de urbanização, evidenciados pela modernização da indústria e elevados gastos em infra-estrutura de transporte, rodovias, recursos hídricos, dentre outros, mas com pouca ênfase no desenvolvimento da agricultura. Não obstante o crescimento, a pobreza ainda é um grave problema deste Estado (77% da população da área rural do Ceará vive na miséria), embora tenha diminuído nos últimos anos. Isto persiste porque o setor agrícola ainda não obteve efetivo apoio do Governo para o seu desenvolvimento em bases sólidas. Portanto, apesar de se ter investido na indústria, este fato se mostrou limitado no que diz respeito à geração de emprego e distribuição de renda, portanto não ocasionou os efeitos desejáveis à melhoria da qualidade de vida da população em geral (NEIVA, 2000).

Ainda de acordo com a mesma autora, no Nordeste o problema da agricultura e da população rural se agravou tanto que hoje constitui um grave obstáculo para o desenvolvimento regional.

Para haver desenvolvimento rural é preciso começar pelo desenvolvimento do pequeno agricultor, através do melhoramento das condições econômicas, sociais, culturais e políticas de todos os habitantes do meio rural (LACKY, 1995).

Segundo o BANCO MUNDIAL (1999), para reduzir a pobreza, o Estado do Ceará precisa concentrar seus esforços em apoio ao pequeno produtor com projetos que o desenvolvam. O importante de tudo isso é que ações foram iniciadas para

diminuir as disparidades sociais e que se novos investimentos forem implementados, então o pequeno produtor se desvencilhará da miséria que o acompanha há tempos.

Malgrado o mercado interno ser abastecido em grande parte pelas grandes corporações, não se pode negar a contribuição do pequeno produtor, principalmente na produção dos produtos de subsistência. Portanto, é uma porção considerável da produção agrícola que abastece o mercado interno. Mas estes pequenos produtores têm dificuldades em se desenvolverem por conta de vários obstáculos, como por exemplo: acesso à tecnologia adequada, aquisição de insumos, acesso ao crédito, dentre outros. A limitação mais importante talvez se encontre na comercialização dos produtos, pois, em geral, são reféns dos atravessadores (intermediários), fato este que se agrava quanto menor for o poder de barganha deles, haja vista que isto é uma de suas características (KHAN e SILVA, 1994). Assim estes necessitam de atenção especial por parte do Governo. É grande a expectativa por mais sensibilidade e ações que incentivem o pequeno produtor e conseqüentemente fomentem o desenvolvimento do setor agropecuário, uma vez que este setor tem grande importância para o desenvolvimento do País.

Além dos programas de desenvolvimento da agropecuária fomentados pelo Governo, uma importante alternativa que surge para auxiliar no desempenho do pequeno produtor é a sua participação em associações e cooperativas que tenham gestão eficiente para ajudar a solucionar muitos problemas inerentes a esta faixa de produtores. Portanto, é fundamental que haja profissionais qualificados.

Assim, os pequenos agricultores precisam organizar-se em associações para garantir maior renda, a sua subsistência e a da sua família. Estas associações, em geral, têm como objetivo defender os produtores contra a exploração, prestar-lhes serviços e proporcionar-lhes uma vida mais digna.

As cooperativas agropecuárias surgem, pelo menos teoricamente, como um meio para solucionar muitos problemas do produtor rural, pois estes produtores se unem de tal forma que o montante de recursos os faz fortes. Destarte, o crédito é concedido a juros mais baixos, orienta-se adequadamente a atividade agrícola e garantem-se preços justos, mediante a venda direta. Estas cooperativas têm como propósito a defesa dos produtores contra a exploração por parte dos componentes da cadeia de distribuição a que se ligam.

Na opinião de KHAN e SILVA (1993), no setor rural nordestino, o cooperativismo tem caráter específico voltado para a realidade socioeconômica,

política e cultural da região onde as associações foram criadas, portanto, espera-se que favoreçam o desenvolvimento do setor rural.

Outrossim, no Nordeste, o cooperativismo pode prestar importante serviço, pois esta região é uma das mais subdesenvolvidas do País. Por conseguinte, deve-se incentivar a criação de cooperativas para auxiliar os pequenos agricultores na seleção das culturas, produção, comercialização, socialização, dentre outras atividades.

Por outro lado, vários fatores têm emperrado o bom funcionamento das cooperativas. É de amplo conhecimento o fato de que vários agricultores têm-se mostrado desestimulados em muitas cooperativas. No Estado do Ceará, não se sabe ainda ao certo de que isso decorre, daí a necessidade de estudos que identifiquem os fatores e motivos que levam, muitas vezes, o agricultor a abandonar a cooperativa ou ser indiferente às decisões tomadas. Ademais, é condição *sine qua non* verificar a satisfação dos cooperados em relação aos serviços que lhes são prestados.

No Ceará existem em funcionamento várias cooperativas no setor rural, mas não há trabalhos que afirmem a qualidade de vida do cooperado e sua satisfação em relação aos serviços prestados pelas cooperativas, portanto, esta pesquisa tem como meta principal dar respostas a estas questões.

2 OBJETIVOS



2.1 Geral

Avaliar o desempenho da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda - COOPABS em relação aos serviços prestados aos associados.

2.2 Específicos

- Traçar o perfil socioeconômico dos cooperados.
- Mensurar a qualidade de vida dos cooperados, tomando-se como medida os indicadores saúde, educação, moradia, aspectos sanitários, bens duráveis e lazer.
- Verificar o grau de satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda – COOPABS, utilizando-se os indicadores nível de participação na tomada de decisões, assistência creditícia e revenda de insumos.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

O Município de Brejo Santo foi criado em 26 de agosto de 1890 pelo Decreto Estadual nº 49, no Governo de Luís Antônio Ferraz. Ficou assim conhecido porque é proveniente do Sítio Brejo que pertencia aos irmãos Santos. Brejo Santo situa-se na Mesorregião do Sul Cearense, possuindo uma área de 684,3 km², distante, em rodovia, 515 km de Fortaleza. Segundo o IBGE, em 1997 a população era de 34.838 habitantes, sendo a população urbana (18.477) pouco superior à rural (16.361). Limita-se ao norte com Missão Velha, Abaiara e Milagres; ao sul com Jati; ao leste com Mauriti e o Estado de Pernambuco e ao oeste com o Município de Porteiras. A temperatura varia de 28°C a 35°C e a precipitação pluviométrica média foi de 1.192,5 mm em 2000 (FUNCEME/INMET - IBGE, 2000).

De acordo com o IBGE, no que conceme ao solo, Brejo Santo apresenta vertissolos, podzólico eutrófico e distrófico e litólicos eutróficos e distróficos, caracterizados como muito férteis e apropriados para o cultivo de algodão e cereais. Por conta disso, apresenta bom desempenho no setor agrícola. A estrutura fundiária é formada, principalmente, por muitos minifúndios (propriedades com área inferior a 10 ha). Do total da área rural, 60% são compostos por pequenas propriedades rurais.

O setor primário é responsável por 49% da população economicamente ativa (PEA), o setor secundário por 15% e o setor terciário por 36%. (IBGE, 2000). Encontra-se no município um número muito elevado de pessoas vivendo em condições de miséria absoluta, cerca de 34% da população brejosantense recebe menos de um salário mínimo ao mês por unidade familiar, e 83% recebe menos de 2 salários mínimos. De acordo com SOUZA (2000), 78,84% da população apresenta renda insuficiente.¹ O município apresentou em 2000 uma renda *per capita* anual de R\$ 1.319,25. (IPLANCE/IBGE, 2000)

¹ De acordo com o PNUD/IPEA, a renda é considerada insuficiente quando a renda per capita é inferior a 50% do salário mínimo.

Brejo Santo apresenta o setor de serviços como a principal contribuição para a formação do Produto Interno Bruto (75,11%), seguido pelos setores agropecuário (17,69%) e industrial (7,2%) (IPLANCE/IBGE, 2000).

3.1.1 Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda – COOPABS

A COOPABS foi criada em 16 de fevereiro de 1995, objetivando defender os interesses de seus associados, conforme os princípios rochdaleanos, mediante a prestação de serviços, fornecimento de mercadorias, assistência técnica e social e na promoção cooperativista.

A Cooperativa apresenta os seguintes órgãos sociais: a) Assembléia Geral (ordinária ou extraordinária); b) Diretoria e c) Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral dos associados, ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa, onde se toma toda e qualquer decisão de interesse dos associados.

A Cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto por seis membros (presidente, vice-presidente, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, primeiro secretário e segundo secretário), todos sócios, com o direito a voto e ser votado. São eleitos por um período de dois anos, sendo obrigatória a renovação de pelo menos 1/3 de seus componentes.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e três suplentes, todos associados ativos, eleitos por um mandato de um ano, sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus componentes.



3.2 Aspectos Conceituais

3.2.1 Qualidade de Vida

Desde os primórdios, o homem já buscava a melhoria da qualidade de vida. Isto pode ser evidenciado pelo fato de o homem primitivo ser nômade e andar sempre em bando à procura de ambiente adequado para satisfazer as suas necessidades. Isto porque a sua maior preocupação era com a sobrevivência. Naquela época, qualidade de vida era sinônimo de subsistência e segurança.

“Durante séculos a qualidade de vida estava em não ser ameaçado pelos deuses, nem ser surpreendido pelas intempéries, e ter força para resistir aos inimigos naturais ou humanos. A vida era a rotina, a qualidade dela era não quebrar a rotina” (BUARQUE, 1993).

De acordo ainda com o autor mencionado, talvez "nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que qualidade de vida e talvez nenhum seja mais moderno do que a busca da qualidade de vida, sendo que mais moderna ainda seja a crítica e sua redefinição”.

Na Idade Antiga, boa qualidade de vida estava associada a viver nas Cidades-Estado (polis) com a proteção dos imperadores contra as invasões das civilizações emergentes.

Na Idade Média (Idade das Trevas), o homem era submetido aos preceitos ditados pela Igreja (Filosofia escolástica), do contrário, era apenado. O sentimento de medo da fúria divina tornou-o refém da Igreja, impossibilitando o seu crescimento intelectual e desenvolvimento das ciências. Este estado de estagnação prosperou por quase toda a Idade Média (apenas alguns estudiosos se reuniam clandestinamente para desenvolver alguns raciocínios, mesmo sem o apoio da Escolástica). Naquele período, melhor qualidade de vida estava associada a viver nos feudos, acomodando-se, subjugando-se aos senhores feudais e seguindo as normas da Igreja. No entanto, dada essa situação incômoda, muitos servos preferiram fugir para as cidades escuras e precárias a viver subordinados à Igreja. É deste espírito de insatisfação e rejeição do paradigma existente que inicia o enfraquecimento do feudalismo. Tudo começa com o fortalecimento do comércio e

revitalização das cidades, principalmente européias, bem como o aparecimento das corporações de ofício.

Observa-se uma mudança qualitativa no nível de vida do homem citadino, principalmente depois da descoberta do Novo Continente, que trouxe prosperidade para as cidades européias, não somente porque foi uma fonte de exploração de metais preciosos, mas sobretudo porque representou um novo mercado para os produtos europeus, servindo-se ao desenvolvimento do comércio e conseqüente industrialização. Neste período, qualidade de vida estava diretamente associada ao montante de metais preciosos que um indivíduo possuísse. Esta idéia prevaleceu até o final do século XVII. Ademais, este período é influenciado pelas idéias da Renascença e Reforma, que serviram para quebrar o paradigma da Filosofia escolástica.

O século XVIII nasce influenciado pelas idéias de John Locke, precursor do Iluminismo. No, então, "Século das Luzes", o capitalismo encontra ambiente propício para se instalar definitivamente. Com a Revolução Industrial, a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver nas cidades industriais, utilizar máquinas no trabalho nas grandes corporações, de onde o assalariado retira sua renda para satisfazer as suas necessidades e de sua família. Naquele momento, o homem já tinha a consciência das idéias que vinham sendo preconizadas desde a Renascença até o Iluminismo, que propiciaram a nova forma de pensar do homem como ser capaz de modificar o meio.

No século XX o conceito de "qualidade de vida" se transforma em consumo. O consumo de massa passou a ser o símbolo da utopia e padrão de medição de qualidade de vida.

Mais recentemente, o conceito de qualidade de vida passou a ser menos o bem-estar conseguido graças ao uso de bens do que o consumo do próprio bem e uso das máquinas de última geração. O condicionante é o grau de inovação do bem (ar condicionado, computador etc.). O homem percebe que a qualidade de vida como sinônimo de consumo para todos fica impossível.

Segundo CORDINI (1982), a expressão qualidade de vida ganhou foros de opinião pública internacional, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, na Suécia, em 1972.

Não se pode isolar, contudo, qualidade de vida de desenvolvimento, porque são dois conceitos que contemplam o bem-estar da sociedade em geral. Segundo

TODARO (1991), o desenvolvimento depende de transformações estruturais em todos os setores da economia, impulsionando o crescimento e atendimento das necessidades básicas da população, com melhoria da qualidade de vida como um todo, ou seja, distribuição mais eqüitativa da renda, nutrição, educação, saúde, produção e emprego. Para esse autor, qualidade de vida de certa forma é uma expressão nova que, intrinsecamente, não envolve conteúdos novos. Basicamente, qualidade de vida simboliza aquela série de anseios que, quando alcançados, fazem-no satisfeito.

COIMBRA (1985), citado por CARMO (1993), antes de definir qualidade de vida, define desenvolvimento como: "um processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, através do aproveitamento de seus diferentes valores e potencialidades, de modo a produzir e distribuir os bens e serviços necessários a satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano por meio de um aprimoramento técnico e cultural, e com menor impacto ambiental possível". É uma análise de cunho humanista. Ao passo que, qualidade de vida vem a ser "a somatória de todos os fatores positivos ou a menos de parte significativa dos mesmos, que determinado meio reúne para a vida humana em consequência da interação sociedade - meio ambiente, e que atinge a vida como fato biológico, de modo a atender as suas necessidades somáticas e psíquicas, assegurando índices adequados ao nível qualitativo da vida que se leva e do meio que a envolve".

Segundo CEBORATEV (1982), no passado, o conceito de qualidade de vida foi muito utilizado para justificar o *status quo* e programas de governo duvidosos. Esta foi uma conotação negativa. Qualidade de vida pode ser entendida como meta e "níveis de vida" como medida do desenvolvimento.

No entanto, hoje o conceito de qualidade de vida surge com a insatisfação com medidas e indicadores pura e exclusivamente econômicos, de desenvolvimento e modernização. As medidas econômicas sozinhas são incapazes de refletir a totalidade da existência humana. Portanto, o conceito de qualidade de vida se preocupa com o bem-estar do homem, é humanista e aponta rumos para o desenvolvimento social (CEBORATEV, op. cit.).

DUBOS (1972), citado por CARMO (op. cit.), aborda a qualidade de vida como uma contraposição à materialidade. É contrário à visão do processo quando

este considera apenas a "abundância das coisas", quando está a designar mudanças no "padrão de vida", sem fazer referência a qualidade de vida. Alguns aspectos do progresso prejudicam a qualidade de vida, como poluição, aumento de estímulos sensoriais, erosão dos serviços públicos, perda da intimidade pessoal, aumento da arregimentação social, dentre outros, em virtude da má aplicação. Trata a qualidade de vida como um caráter imaterial, indissolavelmente entrelaçada às espécies e variedades de estímulos que o homem recebe no cotidiano, associando, por exemplo, à felicidade.

Conforme WILHEIM (1979), "é preciso resolver primeiro os problemas básicos de sobrevivência para depois pensar em qualidade de vida. A qualidade de vida não é medida diretamente por variáveis econômicas, ela é difícil de ser mensurada. Portanto, é condição *sine qua non* identificar os fatores que constituem a qualidade de vida, e quais os fatores básicos responsáveis pela superação do estágio de sobrevivência". Esse autor define qualidade de vida "como a sensação do bem-estar do indivíduo. Esta sensação depende de fatores objetivos e externos, assim como de fatores subjetivos e internos". Nesta definição, ele considera dois conjuntos de fatores: o primeiro é o setor dos fatores mínimos e determinantes que trata de condições básicas de qualidade de vida e a partir de cujo atendimento se estabelece a região de oportunidades do indivíduo. Neste contexto são inseridos: a) direitos mínimos à alimentação de subsistência; b) saúde; c) segurança econômica básica; d) renda de subsistência, e e) instrução. O segundo setor de fatores de qualidade de vida é constituído pelos fatores considerados como demandas, que incluem: i) sentir-se saudável; ii) o prazer; iii) o conforto; iv) o silêncio; v) privacidade; vi) equipamento; vii) segurança física; viii) sentimento de realização e a liberdade de opções. Estes são os elementos substantivos de qualidade de vida.

Segundo GUERRERO & HOYOS (1983), a qualidade de vida está relacionada com as opções econômicas e o tipo de necessidades familiares e pessoais dos indivíduos. Assim, a qualidade de vida para os setores mais pobres terá características diferentes das dos setores afluentes. Os componentes básicos do dia-a-dia (alimentação, saúde e habitação) são mais importantes na categoria pobre do que na categoria rica. Portanto, a construção do índice de qualidade de vida está condicionada ao tipo de população estudada.

Ainda com relação a esses autores, nos Estados Unidos parece óbvio medir a qualidade de vida em termos de índice de consumo energético e hábitos de

mercado, porque é o maior consumidor *per capita* de energia e maior sociedade de consumo do mundo. Por outro lado, para os países em desenvolvimento não dá para comparar o consumo de energia, pois a qualidade de vida se confunde com a sobrevivência biológica. Portanto, não se pode utilizar a energia como uma medida fiel da qualidade de vida em países em desenvolvimento.

Na abordagem de ANNAS (1993), as questões a respeito da qualidade de vida são questões sobre a vida dos indivíduos em sociedade. Além do problema do agrupamento, eles se dividem em dois sexos, com diferenças marcantes, amplas e profundas. Esta dicotomia é mais transparente em sociedades tradicionais, onde a mulher é submissa e subserviente, e o homem é o principal provedor. Os desejos femininos são superficiais, refletidos pelas circunstâncias, destarte, o homem tem melhor qualidade de vida do que a mulher. Numa sociedade liberal, essa diferença diminui bastante, apesar dos resquícios tradicionalistas.

CARMO (1993) sugere que devem ser empregadas três dimensões de indicadores para medir a qualidade de vida: i) cultural (conceito de terra, propriedade e pátria, relações humanas, família e amizade, sexo, relacionamento etc.); ii) ambiental (educação e trabalho, condições de habitação, condições econômicas etc.); iii) tecnológica.

Conforme a Organização Mundial da Saúde - OMS (2001), qualidade de vida é um conjunto de percepções individuais da posição de vida das pessoas no contexto dos sistemas, cultura e de valores em que se vive e em relação a metas, expectativas, padrões e preocupações que criam e desenvolvem. Saúde física é estado psicológico, nível de dependência, relações sociais, as crenças pessoais e o relacionamento com o meio ambiente. É um equilíbrio pessoal interior.

Segundo NAHAS & MARTINS (1995), a qualidade de vida vem se tornando preocupação mundial crescente pelos governantes e organismos internacionais desde a década de 1970. Apesar de não haver uma conceituação clara e universal de qualidade de vida, em sentido pragmático ela pode ser entendida como a satisfação de um espectro de necessidades básicas que assegurem certo nível de vida da população. Destarte, a qualidade de vida é algo incomensurável, por ser essencialmente qualitativa e subjetiva. Para torná-la mais tangível, clara e objetiva são estabelecidos critérios objetivos e métodos quantitativos.

Qualidade de vida pode ser entendida também como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos

quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. O outro lado dessa moeda é que as pessoas podem ter bem-estar e riquezas e mesmo assim se sentirem frustradas e não se considerarem satisfeitas com a sua qualidade de vida.

Observa-se que não existe uma definição exata do que seja qualidade de vida, mas há várias tentativas de definição. Neste trabalho, a mensuração da qualidade de vida contemplará a adoção de modelos de desenvolvimento humano. Desenvolver a qualidade de vida exige de nós mesmos um desempenho melhor de viver e de nos relacionar com os outros semelhantes.

3.2.2 Índice de Qualidade de Vida

Neste item destaca-se a valiosa contribuição de inúmeros autores para a criação e consolidação de um índice que represente o Índice de Qualidade de Vida proposto. Inicialmente serão apresentados diversos trabalhos que serviram de base para a metodologia selecionada.

A maioria dos trabalhos utiliza, para dimensionar a qualidade de vida, variáveis do tipo negativo, que se referem a carências: deficiências alimentares, ausência de serviços urbanos, mortalidade infantil, más condições de moradia etc. Evidencia-se que o problema da qualidade de vida quando visto além dos problemas de carência, implica uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social (SCHWARTZMAN, 1974).

Durante muito tempo, o PIB *per capita* foi utilizado como medida de qualidade de vida, malgrado este indicador refletir apenas o comportamento dos indicadores econômicos. Na realidade este indicador é, na melhor das hipóteses, um indicativo de crescimento econômico, pois utiliza variáveis que refletem apenas o crescimento econômico.

Na opinião de LARSON & WILFORD (1979), o PIB *per capita* é usado para medir o desenvolvimento do progresso. Mas, em 1976, o Clube de Roma criou um índice de qualidade de vida que foi usado conjuntamente com o PIB *per capita*, para avaliar o bem-estar socioeconômico e o progresso dos países em termo de bem-estar humano.

Esses autores produziram um Índice de Qualidade de Vida Física – IQVF, que combina mortalidade infantil, esperança de vida e capacidade de ler e escrever para 150 países. Neste índice, os três componentes são identificados dentro de uma escala que varia de 1 a 100. Cada componente recebe peso igual. O índice é obtido pela média aritmética dos três componentes, que se mostraram com alta correlação positiva.

O estudo realizado por VIANA et al (1980) baseia-se na abordagem psicológica por interpretar o desenvolvimento como um processo de promoção humana representada pela qualidade de vida, sendo qualidade de vida entendida como bem-estar familiar. Para esse autor, num esquema analítico a qualidade de vida é dividida em três grupos: grupo de variáveis econômicas, variáveis sociais e variáveis psicológicas.

SLIWIANY (1987), citada por NAHAS & MARTINS (1996), mediu o nível de vida da população curitibana, utilizando indicadores como abastecimento, habitação, saúde, transporte, educação, segurança, previdência social, lazer e excedente econômico para produzir o Índice Sintético do Nível de Vida da População.

Segundo SLIWIANY (1997), o nível de vida da população foi primeiro trabalhado pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da ONU - UNRISD. A primeira publicação foi datada de 1966, com a denominação de Método Genebrino ou Distancial da medição do grau de satisfação das necessidades materiais ou culturais da população.

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (1992) realizou um trabalho sobre condições de vida na região metropolitana de São Paulo no início da década de 1990. A abordagem da Pesquisa de Condições de Vida - PCV diferencia-se da tradicional - centrada na renda como único indicador - ao enfatizar os vários aspectos que conformam a pobreza. A unidade de análise escolhida foi a família. Para tanto, lançou-se mão de um questionário composto dos seguintes temas: domicílio, família e morador; habitação e patrimônio familiar; atenção à saúde; educação; e inserção no mercado de trabalho.

Conforme PNUD/IPEA/FJP (1998)², o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH vem sendo estimado desde 1990 nos Relatórios do Desenvolvimento Humano -

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA
Fundação João Pinheiro - FJP

RDH internacionais publicados pelo PNUD. Este índice sintético vem passando por mudanças e a mais recente foi em 1995. O IDH utiliza o Método Genebrino ou Distancial, que combina três componentes básicos: i) longevidade (que reflete as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer); grau de conhecimento (medido pela combinação da taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior) e iii) renda (medida pelo PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local). Também desenvolveu-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, utilizando uma metodologia próxima ao IDH. Aquele utiliza quatro (4) indicadores básicos agregados em 3 dimensões, quais sejam: a) longevidade - medida pela esperança de vida ao nascer; b) educação - medida pela taxa de analfabetismo e pelo número médio de anos de estudo e c) renda - medida pela renda média familiar *per capita*.

Ao criticar o IDH por usar indicadores que captam valores médios em países com alta disparidade social, RODRIGUES (1993), citada por NAHAS & MARTINS (1996), produziu, em 1991, o Índice de Desenvolvimento Social - IDS para as regiões brasileiras, tomando como indicadores: esperança de vida ao nascer (em anos), taxa de alfabetização de adultos e grau de distribuição da renda da População Economicamente Ativa - PEA remunerada. São indicadores centrados no indivíduo e expressam a qualidade de vida com base na satisfação das necessidades básicas individuais. Ademais, essa autora atribui pesos diferentes a cada um dos indicadores.

Malgrado as inúmeras críticas voltadas à metodologia do cálculo do IDH, o importante é que este índice suscitou na comunidade científica a possibilidade de se construir formas para se aferir a qualidade de vida, dando um enorme passo para o seu desenvolvimento. Neste tocante, muitos trabalhos foram realizados, tomando por base a metodologia aplicada pelo IDH, com algumas alterações para adaptar ao propósito de cada trabalho. Dentre estes, podem-se citar: o Índice de Nível de Vida – INV e o Índice de Desenvolvimento Relativo – IDR, desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA (1993); o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social - IDES para os municípios cearenses, idealizado por OLIVEIRA (1994); o Índice de Pobreza Humana - IPH, concebido por ANAN & SEN, citado por LEMOS et al (1999), entre outros.

NAHAS & MARTINS (1995) desenvolveram um trabalho para a Prefeitura de Belo Horizonte, objetivando otimizar a distribuição mais equitativa dos recursos

públicos. Para tanto avaliaram a qualidade de vida da população de Belo Horizonte sob dois aspectos: distribuição dos recursos e acesso da população a estes. É na realidade um índice de qualidade de vida urbana, que quantifica a oferta de equipamentos, bens e serviços urbanos à população de um local urbano, para propiciar-lhes a satisfação de suas necessidades básicas. Verifica o grau de acessibilidade àquele bem ou serviço. Por se tratar de um índice de qualidade de vida urbano, utilizaram-se as seguintes variáveis: abastecimento, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infra-estrutura urbana, meio ambiente, saúde, segurança/violência, serviços urbanos. Aplicou-se peso de acordo com a importância da variável. Um índice desta natureza, por sua decomposição em índices locais e setoriais, permite identificar as regiões onde há menor acesso aos recursos e equipamentos urbanos.

MONTE (1999) usou um Índice de Qualidade de Vida - IQV que contemplou os indicadores: aspectos econômicos, condições de moradia, nível de consumo, educação, lazer e informação, para medir ganhos ou perdas de qualidade de vida da população, antes e depois da implantação do Porto de Pecém.

MAYORGA (1999) estimou o IQV para 53 municípios do semi-árido cearense, utilizando as técnicas de análise fatorial, contemplando apenas os municípios cearenses mais atingidos por problemas de degradação ambiental. O objetivo desse autor foi estabelecer um índice hierárquico, segundo os níveis de qualidade de vida dos municípios semi-áridos cearenses (exclusive os municípios situados no litoral e nas serras), utilizando como meios a renda familiar, posse de terra, água adequada, urbanização, instalação sanitária, habitação, alfabetização e acesso a energia.

O Grupo de Estudos em Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde - OMS (2001) mede a qualidade de vida, levando em consideração os seguintes domínios: a) físico (dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso); b) psicológico (sentimento positivo e negativo, auto-estima, concentração); c) independência (mobilidade na vida); d) relações sociais (apoio social, e atividade sexual); e) ambiente (segurança física e proteção, recursos financeiros, cuidados sociais e de saúde, adquirir informações e habilidades, lazer e recreação, transporte); f) aspectos espirituais, religiosos e crenças pessoais. Esta análise foi feita pelo prisma da literatura médica.

FERNANDES (1997) elaborou um Índice de Qualidade de Vida – IQV para verificar mudanças na qualidade de vida da população da Reserva Extrativa do rio Cajari, no Estado do Paraná, com base nos trabalhos de WALKER (1994) e SCHWARTZMAN (1974). As mudanças adotadas por aquele autor foram a incorporação de um maior número de indicadores e a associação do nível de satisfação a estes.

Para a ONU, o grau de satisfação do cidadão será tanto maior quanto melhor for sua alimentação, maior o acesso aos serviços de saúde e seguro de vida, maior acesso ao conhecimento, melhores condições de vida, maior segurança contra o crime e a violência física, maior a disponibilidade de momentos agradáveis de lazer e maior o grau de participação nas atividades econômicas, culturais e políticas da sociedade.

3.3 Métodos Analíticos

3.3.1 Análise Tabular e Descritiva

Para alcançar o primeiro objetivo deste trabalho, foi feita uma análise tabular e descritiva das variáveis econômicas, sociais e culturais.

3.3.2 Determinação do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC)

Na determinação do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados, IQVC (segundo objetivo específico), optou-se por utilizar como referência básica o trabalho de FERNANDES (1997) por incorporar, além de amplos indicadores socioeconômicos, a satisfação da população, aspectos que até o momento do seu estudo não haviam sido considerados. A seguir será apresentado o procedimento para a obtenção do índice mencionado.

Como exposto, a qualidade de vida está, em geral, associada a indicadores como bens duráveis, saúde, educação, habitação e aspectos sanitários, portanto o índice de qualidade de vida será mensurado através da agregação destes indicadores.

A elaboração deste índice apresenta os seguintes passos: i) escolha dos indicadores que serão utilizados no índice de qualidade de vida, com seus respectivos escores e pesos; ii) formação de postos em ordem crescente de valores, indo do ponto onde o indicador tem a pior *performance* até o ponto onde apresenta o seu melhor resultado, atribuindo-se-lhe escore. Com relação aos pesos, os próprios associados opinarão sobre a importância de cada um dos indicadores para a sua qualidade de vida. Utilizou-se uma amostra de 29 cooperados, pois um dos associados não soube responder à maioria das perguntas.

Matematicamente, pode-se definir o Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC) como:

$$IQVC = \frac{1}{n} \sum_{p=1}^n \left[\frac{\sum_{k=1}^m S_{kp} \cdot W_{kp}}{\sum_{k=1}^m S_{\max k} \cdot W_{\max k}} \right]$$

A contribuição de cada indicador do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados - IQVC, algebricamente, é a seguinte:

$$C_k = \frac{\sum_{p=1}^n S_{kp} \cdot W_{kp}}{\sum_{p=1}^n \left(\sum_{k=1}^m S_{\max k} \cdot W_{\max k} \right)}$$

Onde:

IQVC = Índice de Qualidade de Vida;

S_{kp} = escore do k-ésimo indicador, obtido pelo p-ésimo cooperado;

W_{kp} = peso do k-ésimo indicador, definido pelo p-ésimo cooperado;

$k = 1, 2, 3, \dots, m$;

$p = 1, 2, 3, \dots, n$;

W_{max_k} = peso máximo do k-ésimo indicador;

S_{max_k} = escore máximo do k-ésimo indicador;

C_k = contribuição do indicador k no Índice de Qualidade de Vida;

n = número de cooperados, e

m = número de indicadores.

O Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC) varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de qualidade de vida que o cooperado apresenta. Portanto o valor 1 representa o nível ótimo de qualidade de vida. Dentro destes limites, optou-se por estabelecer os seguintes critérios:

- a) Baixa qualidade de vida $0 < IQVC \leq 0,5$;
- b) Média qualidade de vida $0,5 < IQVC \leq 0,8$;
- c) Alta qualidade de vida $0,8 < IQVC \leq 1$.

3.3.2.1 *Consolidação das Variáveis Utilizadas no Cálculo do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC*

Será apresentada a seguir a relação das variáveis utilizadas no modelo, com os seus respectivos escores, para a aferição do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC. Consideraram-se os seguintes indicadores: i) saúde; ii) educação; iii) habitação; iv) condições sanitárias e de higiene; v) bens duráveis e vi) lazer.

i) Indicador Saúde

Este indicador foi calculado, verificando-se os principais serviços de saúde disponíveis para os associados da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo – COOPABS, de acordo com os seguintes escores:

- a) Ausência de atendimento médico 0
- b) Atendimento ambulatorial (vacinação, primeiros socorros etc.) 1

c) Atendimento por agente de saúde	2
d) Atendimento médico	3

ii) Indicador Educação

Para este indicador, considerou-se a existência ou ausência de serviços educacionais para o cooperado e família, associados aos seguintes escores:

a) Ausência de escolas	0
b) Escolas de educação infantil.....	1
c) Escolas de ensino fundamental.....	2
d) Escolas de ensino médio	3

iii) Indicador Habitação

Foram considerados os seguintes aspectos habitacionais do cooperado pesquisado: i) tipo de construção da sua residência e ii) energia utilizada na residência. O valor deste indicador será obtido pela soma dos escores, que não ultrapassa o valor 3.

iii.1 - Tipo de construção da residência é de:

a) Casa de taipa	0
b) Casa de tijolo, sem reboco e piso	1
c) Casa de tijolo, com reboco e piso	2

iii.2 - A energia usada na sua residência é:

a) Lâmpada a querosene ou a gás ou lamparinas	0
b) Energia elétrica	1

iv) Indicador Condições Sanitárias e Higiene

Este indicador foi formado com base em três variáveis: i) destino dado aos dejetos humanos; ii) tipo de tratamento dado à água para o consumo humano e iii)

destino dado ao lixo domiciliar. Desta forma o indicador Condições Sanitárias e Higiene é decorrente da soma dessas três variáveis, que, assim como os indicadores anteriores, não ultrapassa o valor 3.

iv.1 - Destino dado aos dejetos humanos

- | | |
|--|---|
| a) Jogado a céu aberto ou enterrado | 0 |
| b) Dirigida para fossa ou rede de esgoto | 1 |

iv.2 - Tipo de tratamento dado à água para consumo humano

- | | |
|--|---|
| a) Água é consumida sem tratamento | 0 |
| b) Água é consumida com tratamento | 1 |

iv.3 - Destino dado ao lixo domiciliar

- | | |
|--|---|
| a) Jogado na superfície da terra ou queimado | 0 |
| d) Enterrado ou recolhido através da coleta domiciliar | 1 |

v) Indicador Bens Duráveis

Os bens foram organizados em três grupos, onde se observaram os seus respectivos valores equivalentes, como segue:

Grupo 1: rádio, ferro de engomar, liquidificador, equipamentos de trabalho de pequeno porte.

Grupo 2: máquina de costura, equipamento de som, televisor em preto-e-branco, fogão a gás, máquinas agrícolas de pequeno porte.

Grupo 3: televisor a cores, geladeira, máquinas agrícolas.

Partindo-se do pressuposto de que, quanto maior a quantidade de bens e valores, melhor a qualidade de vida, então, consideraram-se os seguintes escores:

- | | |
|---|---|
| a) Não possui nenhum dos bens acima citados | 0 |
| b) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e não possui nenhum dos bens dos grupos 2 e 3 | 1 |

- c) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2 e não possui nenhum dos bens do grupo 3 2
- d) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1, 2 e 3..... 3

vi) Indicador Lazer

Concernente a este indicador, o cooperado foi indagado a respeito do tipo de entretenimento preferido por ele e sua família, considerando-se os seguintes escores:

- a) Ir ao sítio ou ao açude..... 1
- b) Ir ao açude e ao sítio..... 2
- c) Ir ao sítio, ao açude e outra fonte de lazer 3

3.3.3 Determinação do Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC)

Quando se pensa em satisfação, imagina-se geralmente algo subjetivo e incomensurável, contudo pode-se chegar a um índice que reflita o grau de satisfação dos associados, transformando variáveis qualitativas em quantitativas.

Para atender ao terceiro objetivo específico desta pesquisa, relacionado ao cálculo de um índice que mensure especificamente a satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela Cooperativa, considerar-se-á como fonte de pesquisa o trabalho realizado por KHAN (2001). Para esse autor, em trabalho realizado junto aos beneficiários dos serviços prestados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará - EMATERCE, o Índice de Satisfação dos Cooperados - ISC foi avaliado através de índices resultantes de agregação dos seguintes indicadores: i) forma e frequência da assistência técnica; ii) assunto tratado; iii) conhecimento do extensionista.

A amostra utilizada neste trabalho para medir o índice de satisfação dos cooperados constou de 28 observações (associados), pois foram desconsideradas as informações dadas pelo presidente da Cooperativa. Estas informações serviram apenas como meio de comparação entre as opiniões dos amostrados e as do presidente.

Desta forma, algebricamente, o Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC) foi calculado pela seguinte expressão:

$$ISC = \frac{1}{f} \sum_{i=1}^f S_i$$

com

$$S_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{u=1}^r E_{uj} \cdot P_{uj}}{\sum_{u=1}^r E_{\max_u} \cdot P_{\max_u}} \right]$$

Onde:

ISC = Índice de Satisfação dos Cooperados;

S_i = Índice de satisfação dos cooperados em relação ao indicador i ;

$i = 1, 2, \dots, f$, número de indicadores;

P_{uj} = peso da u -ésima variável, definido pelo j -ésimo cooperado;

P_{\max_u} = peso máximo da u -ésima variável;

E_{uj} = escore da u -ésima variável obtido pelo j -ésimo cooperado;

E_{\max_u} = escore máximo da u -ésima variável;

$u = 1, 2, 3, \dots, r$;

$j = 1, 2, 3, \dots, n$;

n = número de cooperados;

r = número de variáveis.

O valor do Índice de Satisfação do Cooperado (ISC) varia de 0 a 1. Assim, quanto mais próximo de um, maior o nível de satisfação do cooperado. Para verificar o nível de satisfação, optou-se por estabelecer os seguintes critérios:

- a) Pouco satisfatório..... $0 < ISC \leq 0,5$;
- b) Satisfatório $0,5 < ISC \leq 0,8$;
- c) Muito satisfatório $0,8 < ISC \leq 1$.

3.3.3.1 Variáveis Utilizadas no Modelo para o Cálculo do Índice de Satisfação do Cooperado - ISC

Para o cálculo do Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC, foram considerados os seguintes aspectos: i) participação social; ii) assistência creditícia aos associados e iii) revenda de insumos.

Apresenta-se, a seguir, a relação das variáveis utilizadas no modelo, com os seus respectivos escores, para a aferição deste índice.

i) Nível de participação nas decisões da Cooperativa

No que diz respeito ao nível de participação, foram consideradas três variáveis. A primeira verifica a comunicação entre a Cooperativa e os associados; a segunda verifica a participação do associado na tomada de decisões da Cooperativa e a terceira observa se a Cooperativa presta contas adequadamente com os cooperados.

i.1 - Comunicação e convite

Para mensurar esta primeira variável, fez-se a seguinte indagação: Você é comunicado e convidado a assistir às assembleias gerais ou reuniões da Cooperativa?, atribuindo-se os seguintes escores às respostas.

a) Nunca.....	0
b) Às vezes	1
c) Sempre.....	2

i.2 - Participação na tomada de decisões

Para calcular esta variável, foram feitas indagações a seguir:

i.2.1 - Nas assembleias gerais ou reuniões, você apresenta sugestões?

a) Não	0
b) Sim.....	1

i.2.2 - As sugestões apresentadas pelos associados são bem aceitas pelos dirigentes da Cooperativa?

- a) Não 0
 b) Sim..... 1

i.2.3 - Todas as decisões administrativas da Cooperativa são apreciadas e aprovadas pelas assembleias gerais?

- a) Não 0
 b) Sim..... 1

i.2.4 - As decisões tomadas nas assembleias gerais são efetivamente executadas pela Diretoria?

- a) Não 0
 b) Sim..... 1

i.2.5 - Os investimentos que a cooperativa realiza são submetidos e aprovados nas assembleias gerais?

- a) Não 0
 b) Sim..... 1

i.3 - Prestação de Contas

Para medir esta variável, observou-se se a Cooperativa torna claros a utilização dos recursos e os fins empregados. Deste modo, fez-se a seguinte pergunta:

i.3.1 - A Cooperativa realiza a prestação de contas com os associados?

- a) Não 0
 b) Sim..... 1

ii) Assistência Creditícia aos Associados

No tocante à assistência creditícia aos associados, foram consideradas três variáveis, quais sejam: i) repasses de custeio; ii) beneficiários dos recursos de

custeio e iii) repasses de investimento. Assim como no caso anterior, foram associados escores às variáveis.

ii.1 - Repasses de custeio

A esta variável, verificou-se a periodicidade dos repasses aos cooperados, atribuindo-se-lhe escore como segue:

a) Nunca.....	0
b) Quase todos os anos	1
c) Todos os anos.....	2

ii.2 – Beneficiários dos repasses de custeio

Fez-se a seguinte indagação: os repasses de custeio da Cooperativa beneficiam:

a) só os associados conhecidos da diretoria.....	0
b) só os associados do município onde se encontra a sua sede social	1
c) só os associados que se encontram operando com a Cooperativa.....	2
d) todos os associados do município que não tenham dívidas na Cooperativa.....	3
e) todos os associados, independentemente do município em que se encontre, desde que não tenham dívidas com a Cooperativa.....	4

ii.3 - Repasses de investimento

Neste caso verificou-se a freqüência pela qual a Cooperativa faz repasses de investimento:

a) Nunca.....	0
b) Quase todos os anos	1
c) Todos os anos.....	2

iii) Revenda de Insumos

Concernente à revenda de insumos e material agropecuário, consideraram-se duas variáveis, quais sejam: i) atendimento das necessidades e ii) preço. Assim como no caso anterior, associaram-se escores às variáveis.

iii.1 - Atendimento das necessidades

Relativamente a esta variável verificou-se se o setor de revenda de insumos da cooperativa atende às necessidades básicas do associado, atribuindo-se escore 0 ao quesito negativo e 1 ao afirmativo.

a) Não	0
b) Sim.....	1

iii.2 - Preço

A variável preço foi mensurada, comparando-se preços cobrados pela Cooperativa com os do comércio local, atribuindo-se escores da seguinte forma:

a) maiores do que os dos concorrentes	0
b) iguais aos dos concorrentes	1
c) menores do que os dos concorrentes	2

A cada variável supracitada, ponderou-se de acordo com o nível de satisfação sugerido por cooperados individualmente, como segue:

a) Pouco satisfatório.....	1
b) Satisfatório	2
c) Muito Satisfatório.....	3

3.4 Natureza dos Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza primária, obtidos através de entrevistas diretas junto aos produtores agrícolas associados à Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo - COOPABS. Estes questionários

enfatazaram aspectos a respeito dos seguintes indicadores: saúde, educação, habitação, aspectos sanitários, bens duráveis, comunicação e recreação, lazer, variáveis pessoais (idade, escolaridade etc.), rendimento, nível de participação na tomada de decisão, assistência creditícia e revenda de insumos.

3.5 Tamanho da Amostra

Este trabalho foi realizado com base em dados primários, coletados junto aos associados à COOPABS, no mês de fevereiro de 2001. No momento desta pesquisa, a Cooperativa contava com 81 membros, sendo 50 ativos e 31 inativos. Dos sócios ativos, foram tomados aleatoriamente 30 cooperados (60%) [verificar adiante o método utilizado] para se fazer uma sondagem a respeito dos seus perfis socioeconômicos, de suas qualidades de vida e satisfação em relação aos serviços prestados pela Cooperativa. Além dos associados, a Cooperativa conta com cinco funcionários.

Os cooperados inativos não foram considerados nesta amostra pelo fato de eles terem se desligado da COOPABS pelo motivo da não-implantação da indústria beneficiadora de leite. Portanto, a inclusão desses "inativos" poderia viesar os resultados e conclusões do trabalho.

De acordo com FONSECA & MARTINS (1996), para calcular o tamanho da amostra para populações finitas, através da amostragem aleatória simples, utiliza-se a fórmula a seguir:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

Z = abscissa da normal padrão;

p = estimativa da proporção da característica pesquisada no universo;

q = 1 - p;

N = tamanho da população;
 d = erro amostral.

Admitindo-se a população de cooperados ($N = 50$); um erro de estimação de 10% ($d = 0,1$); abscissa da normal padrão $Z = 1,64$, ao nível de confiança de 90% e $p = q = 0,5$ (na hipótese de se admitir o maior tamanho da amostra, porquanto não se conhecem as proporções estudadas), obteve-se um tamanho da amostra (n) igual a 29.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, analisam-se as características sociais, culturais e econômicas dos associados (e familiares) da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo – COOPABS, os resultados relativos ao Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC e o Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC, em relação aos serviços prestados pela cooperativa mencionada.

4.1 Perfil Sociocultural e Econômico do Cooperado

4.1.1 Idade

As informações referentes à faixa etária dos cooperados estão expressas na TABELA 01. Conforme se observa, a maior frequência dos cooperados se encontra com idade entre 30 e 50 anos (68,96%). Desta forma, pode-se inferir que a maioria dos associados é de pessoas experientes. Por outro lado, assim como nos resultados encontrados por KHAN (2001), observa-se um reduzido percentual de jovens no setor primário. Isso é um indicativo de que os jovens se estão deslocando para os outros setores da economia.

TABELA 01 – Frequências absoluta e relativa dos cooperados à COOPABS, conforme faixa etária, no Município de Brejo Santo, 2001

Faixa Etária (em anos)	Nº de Associados	%	Fac (%)
≤ 30	3	10,35	10,35
30 — 40	11	37,93	48,28
40 — 50	9	31,03	79,31
50 — 70	5	17,24	96,55
> 70	1	3,45	100,00
Total	29	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Fac = Frequência acumulada relativa

4.1.2 Local de Residência

As entrevistas indicaram que os cooperados residem em sua maior parte (aproximadamente 70%) na própria propriedade. Segundo os cooperados, a atividade requer um acompanhamento de perto pelo seu proprietário, daí a razão do elevado número de produtores residir nas unidades produtivas (TABELA 02). Resultado semelhante foi observado em trabalho realizado por FERNANDES (1997), quando esse autor diagnosticou que 71% dos produtores rurais da região do Cajari residiam na própria unidade produtiva.

TABELA 02 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o local de residência, no Município Brejo Santo, 2001

Local de Residência	Nº de Associados	%
Propriedade	20	68,97
Sede do Município	6	20,69
Outro Município	3	10,34
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.3 Escolaridade

A TABELA 03 apresenta informações sobre o grau de instrução dos associados. Vê-se que a maior concentração (48,28%) é de pessoas com o ensino médio completo (antigo 2º grau), enquanto que o menor percentual (3,45%) apenas assina o nome. Outro fato importante observado foi o percentual de associados com o nível superior (20,69%). Estes dados mostram que o nível de escolaridade dos entrevistados é bem superior ao encontrado na grande maioria dos residentes no setor rural, portanto, há um alto nível de escolaridade entre os cooperados, ou seja, grande parte é constituída por pessoas com nível elevado de educação formal.

TABELA 03 - Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o grau de instrução, no Município de Brejo Santo, 2001

Grau de Instrução	Nº de Associados	%
Assina o nome	1	3,45
Lê e escreve	5	17,24
Ensino fundamental	3	10,34
Ensino médio	14	48,28
Ensino superior	6	20,69
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.4 Número de Filhos

Com base nos dados apresentados na TABELA 04, 89,65% das famílias têm até 4 filhos, enquanto que 24,14% das famílias têm apenas um filho e 3,45% das famílias têm um número significativo de filhos (casal com 6 ou mais filhos). Estes números indicam maior conscientização, bem como pode ser reflexo das sucessivas crises econômicas por que o País vem passando.

TABELA 04 - Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a quantidade de filhos por família, no Município de Brejo Santo, 2001

Nº de Filhos	Nº de Famílias	%	Fac (%)
1	7	24,14	24,14
2	2	6,89	31,03
3	7	24,14	55,17
4	10	34,48	89,65
5	2	6,90	96,55
6	1	3,45	100,00
Total	29	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Fac = Freqüência acumulada relativa

4.1.5 Tradição na Agricultura

Conforme os dados apresentados na TABELA 05, observa-se que 51,73% dos cooperados encontram-se na faixa de experiência de 10 a 30 anos. Estes resultados são semelhantes aos observados no trabalho de KHAN (2001), no qual metade dos produtores rurais apresentou de 10 a 30 anos de experiência na agricultura.

TABELA 05 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, de acordo com a tradição na agricultura, no Município de Brejo Santo, 2001

Anos de Experiência	Nº de Associados	%	Fac (%)
≤ 10	7	24,14	24,14
10 — 20	9	31,04	55,18
20 — 30	6	20,69	75,87
30 — 40	3	10,34	86,21
40 — 50	3	10,34	96,55
> 50	1	3,45	100,00
Total	29	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Fac = Frequência acumulada relativa

4.1.6 Tamanho da propriedade

A TABELA 06 mostra que 62,07% dos cooperados apresentam propriedades com tamanho igual ou inferior a 100 hectares. Uma vez que a atividade principal dos associados é a produção de leite, estes proprietários podem ser considerados pequenos produtores.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (1998) realizado nos anos 1995 e 1996, 72,24% dos estabelecimentos rurais apresentam uma área inferior a 10ha. Portanto, os estabelecimentos dos cooperados têm uma área bem superior à realidade cearense.

TABELA 06 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o tamanho da propriedade, no Município de Brejo Santo, 2001

Área Total da Propriedade (ha)	Nº de Associados	%	Fac (%)
≤ 20	2	6,90	6,90
20 — 50	5	17,24	24,14
50 — 100	11	37,93	62,07
100 — 200	7	24,14	86,21
> 200	4	13,79	100,00
Total	29	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.7 Atividades que Proporcionam maior Rendimento aos Associados

Como a Cooperativa foi formada com o intuito de organizar pecuaristas do ramo de laticínios, esta atividade, segundo os associados, é a que garante maior rendimento para 55,17% dos associados entrevistados. Contudo, até o momento desta pesquisa, a agroindústria beneficiadora de laticínios não havia sido implantada (principal motivo da desistência de alguns associados). Observa-se que muitos associados diversificam as atividades com culturas de subsistência (13,79%), fruticultura (6,9%) e outras atividades (24,14%), dentre os quais se destacam a cultura de tomate e hortaliças (TABELA 07).

A TABELA 08 mostra que 75,96% dos associados têm rendimentos de outras atividades, além da atividade agropecuária, enquanto 24,04% dos associados vivem exclusivamente dos ganhos da agropecuária, ou seja, poucos ainda insistem em viver apenas da agropecuária e muitos ainda a mantêm como um *hobby*, ou seguindo a tradição da família, pois é uma atividade que, conforme explicitado no momento das entrevistas, não está propiciando o retorno esperado. Na opinião de muitos amostrados, é preferível aplicar os seus recursos em atividades que lhes garantam maiores rendimentos.

TABELA 07 – Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, de acordo com a atividade que lhe garante maior rendimento na propriedade, no Município de Brejo Santo, 2001

Atividade	Nº de Associados	%
Cultura de subsistência	4	13,79
Fruticultura	2	6,90
Pecuária	16	55,17
Outras	7	24,14
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 08 – Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a origem de seus rendimentos, no Município de Brejo Santo, 2001

Origem	Nº de Associados	%
Somente da agropecuária	7	24,14
Agropecuária e outras atividades complementares	22	75,86
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.8 Atividades Desenvolvidas Fora do Setor Agropecuário

A TABELA 09, a seguir, mostra que, dos 29 associados, 22 mantêm alguma outra atividade fora da agropecuária. Isto é explicado pelo fato de que muitos cooperados são microempresários (comerciantes) (22,73%), profissionais liberais (18,18%), empresários (13,64%), assalariados (9,09%) e 36,36% mantêm alguma outra atividade fora da agropecuária, dentre estas destacam-se: magistério, locação de imóveis e atividade política (vereador). Isto reitera o fato de que a pecuária no semi-árido só é viável na pequena propriedade se for exercida paralelamente a

outras atividades geradoras de renda, haja vista o fato de que as atividades exercidas no setor agropecuário estão mais comumente sujeitas a riscos climáticos, biológicos e de preços. Apesar destes riscos, o município no qual residem os cooperados sobressaiu-se em períodos passados como uma das maiores produtoras de carne do Estado.

TABELA 09 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a origem de seus rendimentos fora da agropecuária, no Município de Brejo Santo, 2001

Origem	Nº de Associados	%
Assalariado	2	9,09
Empresário	3	13,64
Profissional liberal	4	18,18
Comerciante	5	22,73
Outras atividades	8	36,36
Total	22	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Dentre as classes de renda geradas fora da agropecuária, conforme a TABELA 10, a que apresenta a maior frequência relativa é aquela cujo rendimento mensal varia de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00. Ademais, as informações apresentadas nesta tabela indicam que mais de 45% dos associados que mantêm alguma renda fora da agropecuária auferem um rendimento superior a R\$ 1.000,00. Enquanto isso, pouco mais de 9% destes têm um rendimento inferior a R\$ 500,00.

TABELA 10 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o rendimento mensal fora da agropecuária, no Município de Brejo Santo, 2001

Rendimento Mensal (R\$)	Nº de Associados	%	Fac (%)
≤ 500	2	9,09	9,09
500 — 1000	10	45,46	54,55
1000 — 1500	6	27,27	81,82
1500 — 2000	2	9,09	90,91
> 2000	2	9,09	100,00
Total	22	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa
Fac = Frequência acumulada relativa

4.1.9 Rendimento Familiar

Deve-se considerar não somente o rendimento do produtor, mas também o rendimento familiar. Observou-se que os filhos dos associados não contribuem para o orçamento doméstico. Portanto, considerou-se como rendimento familiar o somatório da renda do cooperado com a renda do cônjuge. Os dados da TABELA 11 apresentam a distribuição dos cônjuges entre os que obtêm rendimento e os que não os obtêm. Como se verifica, 55,17% dos cônjuges mantêm alguma atividade que gera recursos para complementar a renda familiar.

TABELA 11 – Frequências absoluta e relativa dos cônjuges dos associados à COOPABS, segundo a obtenção de renda, no Município de Brejo Santo, 2001

Situação	Nº de Cônjuges	%
Obtém renda	16	55,17
Não obtém renda	13	44,83
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Das atividades geradoras de renda do cônjuge, a que se destaca é o magistério com 43,75%, conforme dados da TABELA 12. Isto é reflexo de políticas do Governo estadual que vem implementando um programa de erradicação do analfabetismo no Ceará, portanto, tem criado demanda por profissionais na área de educação nas zonas rurais. Ademais, o comércio é responsável por proporcionar rendimento a 18,75% dos cônjuges. Além dessas atividades, os cônjuges também se ocupam em atividades como artesanato, saúde e outras atividades do setor terciário (como exemplo: trabalhos no setor bancário, judiciário, educacional etc.)

TABELA 12 - Frequências absoluta e relativa dos cônjuges dos associados à COOPABS, conforme a atividade que lhes gera renda, no Município de Brejo Santo, 2001

Atividade	Nº de Associados	%
Magistério	7	43,75
Comércio	3	18,75
Artesanato	1	6,25
Agente de saúde	1	6,25
Outra	4	25,00
Total	16	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

As informações apresentadas na TABELA 13 indicam que aproximadamente 70% dos cônjuges dos associados têm renda mensal até R\$ 500,00 e 25% tem renda mensal maior do que R\$ 1.000,00.

Considerando a renda familiar fora da atividade agropecuária, observou-se que mais de 65% das famílias têm renda mensal superior a R\$ 1.000,00 (TABELA 14).

TABELA 13 – Frequências absoluta e relativa dos cônjuges dos associados à COOPABS, segundo a renda mensal obtida, no Município de Brejo Santo, 2001

Renda do cônjuge (R\$)	Nº de Cônjuges	%	Fac (%)
≤ 250	4	25,00	25,00
250 — 500	7	43,75	68,75
500 — 1000	1	6,25	75,00
1000 — 1500	2	12,50	87,50
> 1500	2	12,50	100,00
Total	16	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Fac = Frequência acumulada relativa

TABELA 14 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, segundo a renda familiar mensal obtida fora da atividade agropecuária, no Município de Brejo Santo, 2001

Renda da Família (R\$)	Nº de Famílias	%	Fac (%)
≤ 500	5	19,23	19,23
500 — 1000	4	15,38	34,61
1000 — 1500	9	34,62	69,23
> 1500	8	30,77	100,00
Total	26	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Fac = Frequência acumulada relativa

4.2 Qualidade de Vida dos Associados à COOPABS

Esta análise é do tipo *cross section* e tem como objetivo observar a situação dos cooperados depois da implantação da Cooperativa, portanto, este trabalho não tem como escopo comparar o momento atual com o passado. É, na realidade, uma análise estática no momento da pesquisa.

Os indicadores utilizados para a construção do Índice de Qualidade de Vida estão descritos a seguir. Para tais variáveis, foram associados valores que refletem tanto os escores quanto o grau de satisfação de cada associado.

4.2.1 Considerações sobre os Indicadores que formam o Índice de Qualidade de Vida

i) Indicador Saúde

Os resultados referentes ao indicador saúde apresentam-se na TABELA 15. Estes dados revelam que 63,33% dos associados são atendidos por médicos. Isto é um reflexo do Programa Saúde da Família, implementado pelo Governo estadual, para melhorar, principalmente, a saúde daquele povo que reside distante das cidades e não têm condições de se deslocar para os grandes centros em busca de atendimento. Além do médico da família, observa-se uma participação bastante ativa dos agentes de saúde, que orientam a população principalmente na prevenção de doenças e atendimento básico. O atendimento dos associados através deste serviço representa 16,67%. No entanto, observou-se um certo descontentamento por parte dos associados em relação à disponibilidade desses serviços em caso de urgência, pois os médicos e agentes de saúde prestam serviços apenas periodicamente.

Não obstante, estas estatísticas podem melhorar, pois ainda existe um número significativo de associados que não tem acesso a esses serviços de saúde (13,33%).

TABELA 15 - Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a disponibilidade de serviços de saúde, no Município de Brejo Santo, 2001

Serviços de Saúde	Nº de Associados	%
Inexistentes	4	13,33
Posto de saúde com serviços básicos	2	6,67
Atendimento por agente de saúde	5	16,67
Atendimento médico	19	63,33
Total	30	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

ii) Indicador Educação

A TABELA 16 revela que a maioria dos filhos dos associados utiliza, principalmente, os serviços de educação pública infantil e fundamental existentes próximo à comunidade onde reside (86,66%), e apenas 13,34% se beneficiam da educação de ensino médio próximo à propriedade. No entanto, sabe-se que há grande demanda, por parte principalmente dos jovens, por escolas do ensino médio. E por não as encontrarem perto das suas moradias, aventuram-se sobre transportes escolares sem o mínimo de segurança possível, expondo-se a fatalidades que poderiam ser evitadas. Ademais, uma nação que efetivamente busca o desenvolvimento sociocultural e econômico deveria ofertar os serviços básicos para a população (dever do Estado e direito do povo).

Piores resultados foram diagnosticados em trabalho realizado por MONTE (1999), onde essa autora observou que a população rural nas proximidades do Porto do Pecém não dispõe de nenhuma escola de ensino médio.

Segundo BUARQUE (1993), a educação não será prioridade no País enquanto este não for educado para incluir a educação entre as prioridades de sua modernização. A educação deveria ser o objetivo central da modernização como um fim em si mesmo e como um meio pelo qual passam todos os caminhos que levam à criação de uma estrutura socioeconômica eficiente.

TABELA 16 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a disponibilidade de serviços de educação próximo à comunidade onde residem, no Município de Brejo Santo, 2001

Serviços de Educação	Quantidade	%
Escolas de educação infantil	13	43,33
Escolas de ensino fundamental	13	43,33
Escolas de ensino médio	04	13,34
Total	30	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

iii) Indicador Habitação

Este indicador foi considerado sob dois aspectos, quais sejam: tipo de construção e tipo de iluminação.

O primeiro aspecto a ser salientado diz respeito ao tipo de construção do domicílio. Como era de se esperar, a maioria dos imóveis (96,67%) é confortável, apresentando construção de tijolo, com reboco e piso, haja vista que os cooperados apresentam um nível relativamente bom da renda familiar, em relação à média nacional.

No que concerne ao tipo de iluminação utilizado, observa-se que todos os cooperados utilizam energia elétrica.

iv) Indicador Aspecto Sanitário e de Higiene

Para este indicador, foram consideradas três variáveis, quais sejam: tratamento da água para consumo, destino dado ao lixo domiciliar e aos dejetos humanos.

É fato observável que pelo menos parte da população vem se preocupando cada vez mais com a higiene, pois adquirem a consciência, por intermédio da mídia e dos serviços de saúde, de que é através de hábitos higiênicos que se pode prevenir doenças como cólera, difteria, *Ascaris lumbricóides*, esquistossomose, dentre outras.

Os resultados associados a este aspecto estão dispostos na TABELA 17. No que diz respeito à variável tratamento da água para consumo, observa-se que, dos cooperados, 63,33% utilizam algum tipo de tratamento. Este resultado tende a aumentar em virtude da atuação dos agentes de saúde, médico da família e funcionários da Fundação Nacional de Saúde – FNS, no controle, combate e prevenção de doenças.

TABELA 17 - Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, segundo as condições sanitárias e de higiene, no Município de Brejo Santo, 2001

Discriminação	Nº de Associados	%
Tratamento da água para consumo	<u>30</u>	<u>100,00</u>
- Sem tratamento	11	36,67
- Com tratamento	19	63,33
Destino do lixo domiciliar	<u>30</u>	<u>100,00</u>
- Jogado na superfície da terra ou queimado	6	20,00
- Enterrado ou recolhido através da coleta de lixo	24	80,00
Destino dos dejetos	<u>30</u>	<u>100,00</u>
- Jogados a céu aberto ou enterrados	5	16,67
- Dirigidos para fossa ou rede de esgoto	25	83,33

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito ao destino dado ao lixo domiciliar, evidenciou-se a conscientização dos associados com relação aos problemas relacionados ao mau manuseio do lixo. A grande maioria (80%) enterra o lixo ou utiliza os serviços de coleta de lixo oferecidos pela Prefeitura de Brejo Santo. Destes, a maioria enterra o lixo, pois residem no meio rural, portanto não dispõem dos serviços de coleta de lixo da Prefeitura.

A última variável a considerar neste aspecto diz respeito ao destino dado aos dejetos humanos. Observou-se que 83,33% dos cooperados optam pela utilização de fossa ou rede de esgoto. Destes, quase a totalidade utiliza fossas, pois não há disponibilidade dos serviços de rede de esgoto da Prefeitura.

Portanto, com relação ao aspecto sanitário e de higiene, é patente a conscientização dos associados; além do mais, são beneficiados por serviços de saúde existente na comunidade.

v) Acesso a bens duráveis

O indicador acesso a bens duráveis reflete, até certo ponto, o nível de renda dos associados e, conseqüentemente, o seu padrão de vida, pois acredita-se que, quanto mais alto o nível de renda, maior a qualidade de vida do indivíduo, uma vez que podem ter mais acesso aos bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos. Como exposto, a possibilidade de acesso aos bens é um dos componentes importantes na conquista do bem-estar.

Os dados da pesquisa mostram que todos os associados têm pelo menos um dos bens do grupo 3, ou seja, além de eletrodomésticos e ferramentas, eles também possuem máquinas de pequeno e médio porte.

vi) Indicador lazer

Este indicador também foi considerado, pois, entende-se que o ser humano necessita de um tempo para si e sua família, buscando entretenimento em clubes, açudes, sítios, *shoppings*, dentro da própria casa ao assistir a um filme ou ver televisão, jogar futebol com os amigos etc.. Estas atividades aliviam as tensões impostas pela agitação do dia-a-dia, proporcionando-lhe uma melhoria na qualidade de vida. Portanto, o lazer pode ser considerado básico para o nível de qualidade de vida, pois proporciona descontração que contrabalança com o estresse da vida do homem moderno.

Observou-se que os associados à COOPABS, além de terem um certo conforto dentro de casa, gostam de passear nos finais de semana, saindo para os seus sítios, praias, visitar amigos ou viajar com a família para se distrair um pouco. Este tipo de atividade alivia as tensões e, conseqüentemente, melhora qualitativamente suas vidas.

4.2.2 Análise do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados - IQVC

Conforme a metodologia proposta, incorporou-se ao índice a satisfação dos cooperados em relação à qualidade de vida. Assim, classificou-se a qualidade de vida em categorias, como pouco satisfatório, satisfatório e muito satisfatório.

A TABELA 18 apresenta a participação de cada indicador na composição do IQVC. Neste propósito, verifica-se que os indicadores habitação, bens duráveis e lazer destacam-se como os de maior contribuição (respectivamente 22,24%, 20,82% e 17,86%), representando a relevância dos indicadores para o bem-estar dos associados e das suas famílias.

TABELA 18 – Participação dos indicadores na composição do índice de qualidade de vida das famílias dos associados à COOPABS, no Município de Brejo Santo, 2001

Indicador	Participação	%
Saúde	0,0870	14,39
Educação	0,0605	10,00
Habitação	0,1346	22,24
Sanitário e higiene	0,0889	14,69
Bens duráveis	0,1259	20,82
Lazer	0,1080	17,86
Total	0,6049	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

O indicador educação apresentou o pior resultado, representando apenas 10% da composição do IQVC. Em seguida, tem-se o indicador saúde com uma contribuição de 14,39% para a formação deste índice. Portanto, estes dois indicadores, que são essenciais para o desenvolvimento do ser humano, mostram-se não muito representativos, haja vista que, apesar de serem oferecidos, não são suficientes para satisfazer as necessidades dos cooperados.

Do mesmo modo, conforme encontrado por KHAN (2001), os indicadores que apresentaram os melhores resultados na participação do IQV foram, em ordem decrescente, moradia e bens duráveis.

Resultados também similares foram apresentados por FERNANDES (1997), quando esse autor avaliou a qualidade de vida da reserva extrativista do Cajari. Segundo ele, os resultados encontrados após a decretação da reserva mostram que o indicador saúde apresentou o pior resultado, com uma contribuição de apenas 2,02% na composição do IQV. O melhor desempenho decorreu do indicador segurança e preservação da reserva extrativa do Cajari, seguido pelo indicador habitação, com 25,20% e 18,60%, respectivamente.

Como mencionado neste estudo, o IQVC pode variar de 0 a 1, considerando-se como baixa qualidade de vida um valor inferior a 0,5. Um valor no intervalo de 0,5 a 0,8 é considerado de média qualidade de vida. E superior a 0,8 considera-se alta qualidade de vida. Portanto, quanto mais próximo do valor unitário, melhor será a qualidade de vida do associado. Como se observa na Tabela 18, o IQVC apresentou o valor 0,6049, dentro do intervalo de média qualidade de vida.

4.3 Nível de Satisfação dos Associados em Relação aos Serviços Prestados pela COOPABS

Esta seção objetiva determinar a influência dos indicadores na formação do Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC em relação aos serviços prestados pela Cooperativa. Para atingir este objetivo, utilizaram-se os indicadores a seguir: i) nível de participação nas decisões da Cooperativa; ii) assistência creditícia e iii) revenda de insumos.

Antes da análise destes indicadores, algumas considerações devem ser feitas. Primeiramente, o indicador comercialização dos produtos dos associados não foi considerado porque a Cooperativa não presta este serviço.

4.3.1 Considerações sobre os Indicadores que Formam o Índice de Satisfação dos Cooperados

i) Nível de participação nas decisões da Cooperativa

Os dados apresentados na TABELA 19 mostram a participação dos associados na tomada de decisão da Cooperativa. Este indicador foi dividido em três blocos de perguntas. O primeiro bloco faz uma indagação a respeito do convite para participação nas assembléias gerais e reuniões. O segundo é formado por quatro perguntas acerca das sugestões apresentadas pelos associados e a aceitação destas por parte da diretoria. Finalmente, o terceiro bloco indaga a respeito da prestação de contas efetuada pela Cooperativa. No primeiro bloco, observou-se que, aproximadamente, 90% dos associados são sempre convidados a participar ativamente das assembléias gerais. De modo geral, todos já foram convidados a participar das reuniões e assembléias. No segundo bloco de perguntas, buscou-se verificar a participação dos associados quanto à apresentação de sugestões nas assembléias. Deve-se salientar que mais de 80% apresentam sugestões e este percentual não é maior em razão da timidez de alguns cooperados. O importante é que a Diretoria, segundo os associados, apresenta-se aberta a novas idéias e sugestões (92,86% dos cooperados observaram que as suas sugestões foram bem aceitas pela diretoria). Finalmente, o terceiro bloco de perguntas refere-se à prestação de contas da Cooperativa. Na opinião de 96,43% dos associados a Cooperativa realiza prestação de contas.

TABELA 19 – Freqüências absoluta e relativa da participação dos associados em assuntos relacionados à tomada de decisão na COOPABS, no Município de Brejo Santo, 2001

Perguntas	Quantidade	%
Bloco I		
• Sempre é convidado para as assembléias gerais e reuniões?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Sempre	25	89,29
- Às vezes	03	10,71
- Nunca	00	00,00
Bloco II		
• Nas assembléias gerais apresenta sugestões?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Sim	23	82,14
- Não	05	17,86
• As sugestões são bem aceitas pelos diretores?		
- Sim	26	92,86
- Não	02	7,14
• Todas as decisões são apreciadas e aprovadas nas assembléias gerais?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Sim	24	85,71
- Não	04	14,29
• As decisões tomadas nas assembléias gerais são efetivamente executadas pela Diretoria?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Sim	26	92,86
- Não	02	7,14
Bloco III		
• A Cooperativa realiza prestações de contas com os associados?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Sim	27	96,43
- Não	01	3,57

Fonte: Dados da pesquisa

ii) Assistência Creditícia

Com relação ao indicador assistência creditícia, 46,43% dos associados alegaram que a Cooperativa nunca fez repasses de custeio e que estes nunca tiveram acesso aos referidos repasses. Por outro lado, 17,86% dos associados informaram que a Cooperativa faz repasses de custeio todo ano e, na opinião de

53,57% dos associados, os que não têm acesso a esses repasses são aqueles cooperados endividados com a Cooperativa, independentemente do município de origem e sem favorecimento aos conhecidos da Diretoria. Ademais, 53,57% dos associados afirmam que a Cooperativa nunca fez repasses de investimento (TABELA 20).

TABELA 20 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, em relação à assistência creditícia, no Município de Brejo Santo, 2001

Perguntas	Quantidade	%
A Cooperativa faz repasses de custeio?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Todos os anos	05	17,86
- Quase todos os anos	10	35,71
- Nunca	13	46,43
Os repasses de custeio beneficiam:	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Só os associados conhecidos da Diretoria	02	07,14
- Os associados do município onde se encontra a sua sede social	00	00,00
- Só os associados que se encontram operando com a Cooperativa	05	17,86
- Só os associados do município que não têm dívida com a Cooperativa	06	21,43
- Todos os associados, independentemente do município, desde que não tenham dívida com a Cooperativa.	15	53,57
A Cooperativa faz repasses de investimentos?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Todos os anos	4	14,29
- Quase todos os anos	9	32,14
- Nunca	15	53,57

Fonte: Dados da pesquisa

iii) Revendas de Insumos

Os resultados relacionados a este indicador estão presentes na TABELA 21. Conforme os dados desta tabela, 85,71% dos associados acreditam que o setor de revendas atende satisfatoriamente as suas necessidades. Por outro lado, para a maioria (71,43%), os preços cobrados no setor de revendas da Cooperativa são

iguais aos preços cobrados pelos outros comerciantes. Um percentual menor (17,86%) de cooperados considera que os preços são menores que os de mercado.

TABELA 21 - Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, em relação ao indicador vendas de insumo, no Município de Brejo Santo, 2001

Pergunta	Quantidade	%
O setor de vendas atende às necessidades?	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Sim	24	85,71
- Não	04	14,29
Os preços cobrados pela Cooperativa são:	<u>28</u>	<u>100,00</u>
- Maiores do que os dos outros comerciantes	03	10,71
- Iguais	20	71,43
- Menores	05	17,86

Fonte: Dados da pesquisa

4.3.2 Análise do Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC

Como descrito na seção anterior, foram incorporadas ao Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC suas satisfações em relação aos indicadores componentes do referido índice. O nível de satisfação observado no ISC diz respeito exclusivamente à satisfação dos associados em relação aos serviços prestados pela Cooperativa, portanto, não tem nenhuma relação com o caso anterior.

Como proposto, dividiu-se o nível de satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela Cooperativa em três níveis, como segue: pouco satisfatório, satisfatório e muito satisfatório.

A TABELA 22 apresenta a contribuição relativa e absoluta dos indicadores do índice de satisfação dos cooperados. Esta tabela faz uma análise a respeito da contribuição individual de cada indicador na formação do ISC. Neste propósito,

verifica-se que o indicador nível de participação apresentou a maior contribuição para a formação do ISC (40,27%)

O indicador assistência creditícia apresentou o pior resultado, representando 29,03% na composição do ISC. O resultado intermediário obviamente se deve ao indicador vendas de insumo, com 30,70% de participação. O baixo desempenho do indicador assistência creditícia se deve, principalmente, ao problema de repasses de custeio e investimento ao cooperado.

Assim como o IQVC, o ISC pode variar de 0 a 1, considerou-se como pouco satisfatório um valor inferior a 0,5. Um valor no intervalo de 0,5 a 0,8 é considerado satisfatório; e superior a 0,8 considera-se muito satisfatório. Portanto, quanto mais próximo do valor unitário, melhor será a satisfação do cooperado em relação ao serviço prestado pela Cooperativa.

Verificando-se o resultado da TABELA 22, observa-se que o ISC apresentou um desempenho relativamente baixo (0,5299), pouco superior ao nível de baixa satisfação. Isto significa que os serviços prestados pela COOPABS aos seus associados é satisfatório, mas representa apenas 52,99% do nível ótimo de satisfação.

TABELA 22 – Participação dos indicadores na composição do índice de satisfação dos cooperados à COOPABS, no município de Brejo Santo, 2001

Indicador	Participação	%
Nível de participação	0,2134	40,27
Assistência creditícia	0,1538	29,03
Re vendas de insumos	0,1627	30,70
Total	0,5299	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES



5.1 Conclusões

Com base nos resultados encontrados no presente trabalho, conclui-se que os associados apresentam bom nível de escolaridade, tendo, a maioria, concluído o nível médio (antigo 2º grau). Talvez por conta da escolaridade, das sucessivas crises econômicas por que vem passando o País e das orientações que recebem através da própria mídia e serviços sociais, os associados optaram por conceber um número limitado de filhos. No que diz respeito ao tamanho da propriedade, os associados apresentam, na maioria, uma propriedade com área bem superior à média cearense. Isto porque são pecuaristas e esta atividade requer muito espaço para o pastejo dos animais. E para complementar a renda, os associados e membros familiares diversificam as atividades com culturas de subsistência, fruteiras e o comércio, dentre outras atividades. O rendimento do cônjuge representa significativa participação no orçamento doméstico.

A maioria dos associados é atendida pelo Programa Saúde da Família, mas, no momento de maior necessidade, estes serviços não estão disponíveis, sendo obrigados a se deslocarem para a Sede do Município. Há uma oferta suficiente de serviços de educação infantil e fundamental e demanda reprimida de serviços de ensino médio. A maioria dos imóveis é confortável, apresentando construção de tijolo, com reboco e piso, e todos os imóveis dispõem de energia elétrica. A maioria dos cooperados utiliza algum tipo de tratamento na água, enterra o lixo e utiliza fossas sanitárias. Todos os associados têm acesso a bens duráveis, como eletrodomésticos e ferramentas, e possuem máquinas de pequeno e médio porte. Os associados buscam momentos de lazer para aliviar as tensões.

Os resultados mostram que os associados participam da tomada de decisões da Cooperativa, dando sugestões que se deve frisar, são bem aceitas pela Diretoria, mostrando, assim, o seu espírito democrático. Muitos cooperados afirmaram que dificilmente há repasses de custeio e de investimento, e, quando isso ocorre, só beneficia aqueles associados não endividados com a Cooperativa. Por

outro lado, a maioria dos associados está satisfeita com o setor de vendas de insumos da Cooperativa, inclusive com o preço.

Os indicadores de habitação, bens duráveis e lazer apresentaram, em ordem decrescente, as principais participações na composição do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC ao passo que indicadores essenciais para o desenvolvimento e bem-estar do ser humano, como educação e saúde, apresentaram os piores resultados. De acordo com os indicadores de qualidade de vida utilizados na pesquisa, o IQVC, dentro dos parâmetros preestabelecidos, configurou-se no intervalo de média qualidade de vida.

O Índice de Satisfação dos Cooperados – ISC apresentou um desempenho relativamente baixo, pouco superior ao nível de baixa satisfação em relação aos serviços prestados pela Cooperativa. O indicador que apresentou a melhor contribuição à formação do ISC foi o indicador nível de participação nas decisões da Cooperativa, enquanto o indicador assistência creditícia apresentou o pior resultado.

5.2 Sugestões

Sugere-se que a Cooperativa implante o setor de comercialização dos produtos dos cooperados e a indústria beneficiadora de laticínios, para, desta forma, melhorar a qualidade de vida e o nível de satisfação dos cooperados, haja vista que eram objetivos da Cooperativa e que os cooperados dependem disso para eliminar os atravessadores.

Em estudos posteriores, podem ser incluídos outros indicadores para melhor mensurar tanto a qualidade de vida como a satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela Cooperativa aos associados.

Outrossim, sugere-se que sejam feitas novas pesquisas, comparando-se períodos antes e depois da implantação dos setores de comercialização e industrialização, para verificar o efeito destes na qualidade de vida e satisfação dos associados.

6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE, R. C. de. O desenvolvimento social nas regiões brasileiras. **Revista Ciência Hoje**. São Paulo, v. 13, n. 76, p. 38-45, set./1991.

ALBUQUERQUE, R. C. de. VILLELA, R. O Brasil social: um balanço de duas décadas. In: ALBUQUERQUE, R. C. de (Coord.). **O Brasil social: realidades, desafios, opções**. Rio de Janeiro: IPEA 139, 1993. p. 9-94.

ANDREWS, Frank M., WITHEY, Stephew B. **Social indicators of Weel-being: americans perceptions of life quality**. New York, Plenum: 1976.

ANNAS, Julia. Mulheres e a qualidade de vida: duas normas ou uma?. **Lua Nova (Revista de Cultura e Política)**. São Paulo, n. 31, p. 135-155, 1993.

BARROS, Henrique de. **Cooperação agrícola**. 3 ed.- Lisboa: Livros Horizonte, 1979. 242p.

BERLINGUER, Giovanni. O Capital como Fator Patogênico. In: _____ **Medicina e Política**. São Paulo, CETESB/HUCITEC, 1983.

DANIEL, Abraham., GAL, Naphtaly (Coord.) BNB **Pesquisa sobre Organização Cooperativa no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: BNB/DNOCS/SUDENE, 1981. 423p.

BOGARDUS, Emory. **Cooperação (problemas de cooperação)**. Estados Unidos: Lidador, 1960.

BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova (Revista de Cultura e Política)**. São Paulo, n. 31, p. 157-165. 1993.

CAMARGO, Lenita Corrêa. **O Cooperativismo e a formação dos preços**. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. 1958.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar, ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 118.

CARMO, Roberto Luiz do. **O conceito de qualidade de vida: uma primeira abordagem**. Campinas: IFCH/UNICAMP, v. 3, n. 4., 1993. 70p.

CEBORATEV, Nora. Qualidade de vida da família rural. In: SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL. EMATER – PE, 1, 1982, Carpina, **Resumos...** Recife: Secretaria de Agricultura - SAG e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1982, 18p.

COIMBRA, José de Ávila A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB, 1985.

CORDINI, Mabel. Interpretação do tema qualidade de vida. SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL. EMATER – PE, 2, 1982 Carpina, **Resumos...** Recife: Secretaria de Agricultura - SAG e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1982, 8p.

CROCKER, David. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova (Revista de Cultura e Política)**. São Paulo, n. 31, 1993, p. 99-133.

CEARÁ tem baixo índice de desenvolvimento humano. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de mar. de 2001. Caderno negócios, p. 3.

DUBOS, René J. **O despertar da razão: por uma ciência mais humana**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1972.

FERNANDES, Aristóteles Viana. **Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia: o caso da reserva extrativa do Rio Cajari no Estado do Amapá**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1997. 93 p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)

FLEURY, Maria Tereza Leme. **cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil** (teses). São Paulo: Global, 1983, 152p.

FONSECA, Jairo Simon da; **MARTINS**, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6 ed. - São Paulo: Atlas, 1996, 320p.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Guy Selaries et al - Conferências). **Cooperação Agrícola (Lições e Conferências)**. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Agrária, 1962.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Antoine Sauvage, A . M. Van Arcken, Hans Wilbrandt e Guy Selaries - Conferências). **O papel das cooperativas na comercialização dos produtos agrícolas**. Lisboa: Centro de estudo de Economia Agrária, 1967. 215p.

GALLOPIN, G. Ecologia y ambiente. In: LEFT, E. (Coord.) **Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo**. México: Siglo Ventiuno, 1986.

GUERRERO, Solón J.; HOYOS, Luis Eduardo Acosta. Qualidade de vida: opção teórica e metodológica da qualidade de vida. **Revista Econômica do Nordeste - REN**, Brasília, v. 21. p. 173 – 192. Abr/jun. 1983.

HAYES, S. P. **Avaliação de projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1972, 159p.

IBGE. **Censo agropecuário, Ceará, 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998.

INSTITUTO DE DESARROLLO ECONOMICO. **Manual de practicas cooperativas para el agro de america latina**. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento. Washington, D.C. (Cuadernos de fomento Agropecuario, n. 69 – FAO)

IPLANCE. **Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM**. Fortaleza, 1998. 103p.

JAGUARIBE, Hélio et al. **Brasil 2000 - para um novo pacto social**. 4. ed.-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 236p.

KHAN, Ahmad Saeed. **Reforma agrária solidária e extensão: novo modelo de desenvolvimento rural no Estado do Ceará**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2001, 78p. (mimeo), (Relatório Técnico).

KHAN, Ahmad Saeed, SILVA, Lúcia Maria Ramos. **Avaliação de cooperativas agropecuárias no Ceará**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1993. 64p. (mimeo).

_____. **Avaliação de cooperativas agropecuárias no Ceará: um estudo de caso**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1994. 31p. (mimeo)

KHAN, Ahmad Saeed., PASSOS, Ana T. Bittencout. **Reforma agrária solidária e qualidade de vida dos beneficiários no Estado do Ceará**. Fortaleza, 1999. 24p. (mimeo).

KHAN, Ahmad Saeed, SILVA, L. M. R., CAMPOS, R. T. **Desenvolvimento rural no Estado do Ceará: o caso do Projeto São José**. Fortaleza, 1996. 16p. (mimeo).

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa - metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Herder, 1972. p. 212-3.

LACKY, P. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. 4 ed.- Santiago: Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 1995. 176p (Série Desenvolvimento Rural, n. 9)

LAKATOS. Eva M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3 ed.- São Paulo: Atlas, 1991, 270p.

LARSON, David A., WILFORD, Walton T.. **The physical quality of life index**. Great Britain: Pergamon, 1979. p. 581-584. V. 7.

LEMOS, José de Jesus de Sousa et al. Qualidade de vida nos municípios do Nordeste em relação aos municípios do Brasil: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável da região. Fortaleza, **Revista Econômica do Nordeste - REN**, v. 30, n. 3, p. 316-335, 1999.

LEMOS, Maurício Borges, ESTEVES, Otávio de Avelar e SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Uma metodologia para construção de um índice de qualidade de vida urbana (IQVU). **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 157 – 175, 1995.

LLOSA, Jaime. Organização de produtores e qualidade de vida. SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL. EMATER – PE, 3, 1982, Carpina, **Resumos...** Recife:Secretaria de Agricultura - SAG e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1982, 4p.

LOUREIRO, Maria Rita et al. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981, 155p.

MAGALHÃES, Walmir Severo. **Análise da contribuição socioeconômica da política de açudagem: um estudo de caso**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1996. 142p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)

MAYORGA, Maria I. e MAYORGA, R. D. **Metodologia de pesquisa: abordagem e prática**. Fortaleza, UFC/CCA/DEA, 1999. 104p. (Série Didática n. 29). (mimeo)

MAYORGA, Ruben Dario. Níveis de qualidade de vida nos municípios com maiores índices de degradação ambiental do semi-árido cearense no Brasil. **Políticas Agrícolas**. Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 5-39, 1999.

MEDEIROS, Elano José Rocha de. **Avaliação socioeconômica do Programa Reforma Agrária Solidária: estudos de caso nos imóveis Barra I e Cacimba**

Nova - Estado do Ceará. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2000. 173p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **Qualidade de vida e perspectiva dos irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi, Ceará.** Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1998. 139p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)

MONTE, Francisca Silvânia de Sousa. **Efeitos de implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CE na qualidade de vida das famílias rurais da região: o caso do reassentamento Cambeba.** Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1999. 144p. (Dissertação de mestrado em Economia Rural).

MOURA, Ana Clésia Fortes. **Assistência técnica, produção agrícola e benefícios sociais no Estado do Ceará.** Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1999, 110p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

NAHAS M. I. P., MARTINS V. L. A . P. O índice de qualidade de vida urbana - IQVU/BH: a elaboração de um novo instrumento de gestão municipal. In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** João Pessoa, v. 18, 1995, p. 338-350.

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues. **Projeto São José e o desenvolvimento rural no Estado do Ceará: o caso da comunidade Recreio - Iguatu, CE.** Fortaleza, UFC/CCA/DEA, 2000. 75p. (Dissertação de mestrado em Economia Rural).

OLIVEIRA, Eleanor Meireles de. **Avaliação ex-post dos aspectos socio-ambientais do perímetro irrigado Curu-Paraipaba (CE).** Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1994. 110p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

OMS - **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqoll.html>. Acesso em 25.04.01.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **O cooperativismo no mundo**. Brasília, 1996. 28p. (Coleção História do Cooperativismo).

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília, 1996a. 40p. (Coleção História do Cooperativismo).

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Manual de orientação para constituição de cooperativas**. 7 ed.- Brasília, 1999. 95p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO ESTADO DO CEARÁ - OCEC. **O Cooperativismo no Ceará**. Fortaleza, 1995. 11p. (Coleção História do Cooperativismo).

OTTAWAY, James H. **Bioquímica da Poluição**. São Paulo, EDUSP/EPU, 1982.

PNUD/IPEA/FJP. **Desenvolvimento e condições de vida: indicadores brasileiros**. Brasília, 1998. 140p.

QUEIROZ, Carlos A. R. S. de. **Manual da cooperativa de serviços e trabalho**. 6. ed. - São Paulo: STS, 1999, 221p.

QUEIROZ, Maria de Fátima. **Impacto socioeconômico do cooperativismo nos perímetros irrigados do DNOCS: o caso das cooperativas no perímetro irrigado do Curu-Paraipaba**. Fortaleza: UFC-CCA/DEA, 1992. 91p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)

RDH - **Relatório de Desenvolvimento Humano/2000**. Disponível em <www.riogrande.com.br/indicadores/data9.htm>. Acesso em 18.05.01.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2. ed.-São Paulo: Brasiliense, 1989. 69p. (Coleção Primeiros Passos).

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice de desenvolvimento social - IDS. **Revista Conjuntura Econômica**. São Paulo, v. 45, n. 1, p. 73-77, 1991.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice de desenvolvimento social - IDS. **Revista Conjuntura Econômica**. São Paulo, v. 47, n. 2, p. 45-51, 1993.

_____. O Índice de Desenvolvimento social - IDS. **Revista Conjuntura Econômica**. São Paulo, v. 48, n. 3, p. 52-56, 1994.

SANTOS, Antônia Cláudia Lopes dos. **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável: um estudo de caso**. Fortaleza: UFC/PRODEMA, 1998, 91p. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

SCHWARTZMAN, Simon. Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: v. 5, n. 2. p. 101-111, 1974.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de condições de vida na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 1992. 82p.

SILVA, Carlos E. L. **Ecologia e sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental**. São Paulo: Loyola, 1978.

SLIWANY, Regina Maria. **Sociometria: como avaliar a qualidade de vida e projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997, 182p.

SOUSA, Maria Araci de. **Características Socioeconômicas dos Produtores Rurais de Santarém - Estado do Pará**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA. 1992. 71p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)

SOUZA, Francisca Laudeci Martins. **Estudo sobre o nível tecnológico da agricultura familiar no Ceará**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA. 2000. 107p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)

TODARO, M. **Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, 628p.

VIANA, Lenival Santiago et al. Qualidade de vida no meio rural brasileiro: o caso do sertão de Alagoas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 18, n. 2, p. 182-204, 1980.

WALKER, R. T. et al. Sistemas agroflorestais como processo evolutivo: o caso dos agricultores da rodovia Cuiabá – Santarém, no Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 1. Porto Velho, **Anais...** Colombo: EMBRAPA – CNPF, 1994. p. 29 – 42.

WILHEIM, Jorge. **O substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 131-175.

WORLD BANK. **Poverty reduction, growth and fiscal stability in the State of Ceara**. S. l., v. 1. 1999, Policy Report. (mimeo)

ZYLBERSZTAJN Décio et al. **Empresas cooperativas: reestruturação e sobrevivência**. São Paulo, FEA/USP, Departamento de Administração. 1999. 103p. (mimeo).



Tabel nr. 1 - Distribuția populației pe regiuni și țări	
Regiune / Țară	Populație (mii persoane)
Europa de Nord	5
Europa de Vest	12
Europa de Sud	30
Europa de Est	28
Asia	10
Alte țări	15
Total	90

APÊNDICE

Tabel nr. 2 - Distribuția populației pe regiuni și țări		
Regiune / Țară	Populație (mii persoane)	Procentaj (%)
Europa de Nord	5	5.56
Europa de Vest	12	13.33
Europa de Sud	30	33.33
Europa de Est	28	31.11
Asia	10	11.11
Alte țări	15	16.67
Total	90	100.00

TABELA A1 - Frequência absoluta dos países, organizações, cooperativas e cooperados no mundo, em novembro de 1998

	Nº de Países	Organizações	Cooperativas	Cooperados
Américas	18	61	43.945	182.486.437
África	12	19	27.214	9.561.443
Europa	35	88	197.293	118.473.862
Ásia	28	64	480.648	414.383.079
Internacional	NSA	4	NSA	NSA
Total	93	236	749.100	724.904.821

Fonte: Aliança Cooperativa Internacional – ACI

NSA – Não se aplica

TABELA A2 - Frequência absoluta das Cooperativas brasileiras por segmentos, cooperados e empregados, em dezembro de 2001

Segmentos	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.587	822.294	108.273
Consumo	189	1.467.386	7.676
Crédito	1.038	1.059.369	20.680
Educacional	278	73.258	2.720
Especial	7	2.064	6
Habitacional	297	69.668	1.375
Infraestrutura	187	576.299	5.431
Mineral	37	48.841	34
Produção	147	9.892	348
Saúde	863	327.191	21.426
Trabalho	2391	322.735	7.443
Turismo e lazer	5	150	0
Total	7.026	4.779.147	175.412

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

TABELA A3 - Freqüência absoluta das cooperativas cearenses por segmentos e cooperados, em outubro de 1999

Segmentos	Cooperativas	Cooperados
Agropecuário	123	36.100
Consumo	2	4.500
Educacional	5	3.500
Serviço	16	4.200
Habitacional	4	1.200
Mineração	1	100
Produção	16	1.320
Trabalho	88	7.400
Saúde	31	6.700
Crédito	8	6.800
Total	294	71.820

Fonte: Organização das Cooperativas do Estado do Ceará

TABELA A4 - Frequência absoluta das Cooperativas brasileiras por Estado da Federação, cooperados e empregados, em dezembro de 2001

Estado	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Acre	4	487	60
Alagoas	49	24.253	2.756
Amapá	45	2.116	119
Amazonas	64	165.200	716
Bahia	239	56.058	1.260
Ceará	269	82.771	2.394
Distrito Federal	158	83.198	1.325
Espírito Santo	151	62.819	3.159
Goiás	143	62.873	5.039
Maranhão	150	16.779	482
Mato grosso	161	26.194	2.053
Mato G. do Sul	68	19.379	1.812
Minas Gerais	956	601.719	23.968
Pará	299	93.365	1.176
Paraíba	121	30.489	910
Paraná	194	193.848	31.209
Pernambuco	374	98.704	1.238
Piauí	90	15.372	476
Rio de Janeiro	925	210.709	6.973
Rio G. do Norte	148	65.166	1.351
Rio G. do Sul	776	721.704	30.815
Rondônia	93	10.256	405
Roraima	18	642	11
Santa Catarina	314	360.300	12.860
São Paulo	1.119	1.911.296	41.556
Sergipe	45	8.107	245
Tocantins	53	4.343	1.044
Total	7.026	4.779.147	175.412

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB

TABELA A5 – Perfil da cooperativa agropecuária brasileira na geração de emprego, em dezembro de 2001

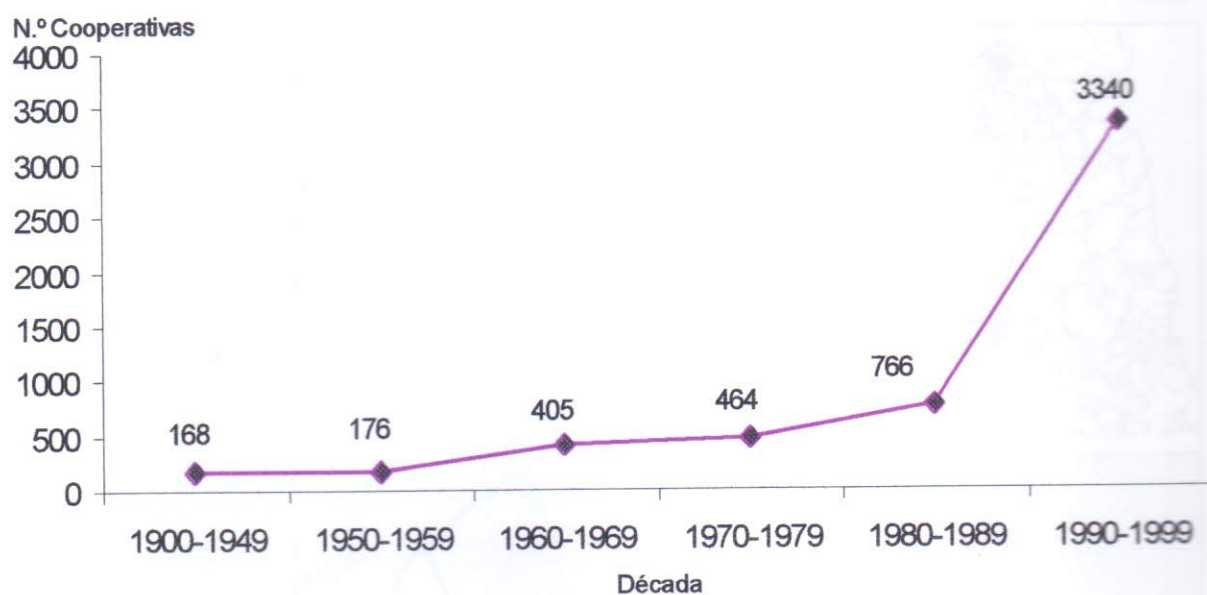
Categoria	Quantidade
Cooperativas em atividade	1.587
Agricultores associados	822.294
Empregos diretos	108.273
Pessoas diretamente vinculadas às cooperativas	930.567
Pessoas indiretamente vinculadas às cooperativas	4.652.835
Cooperados, familiares e agregados	5.583.402

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB



Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

FIGURA A1 – Representação do Sistema Cooperativista Brasileiro, em dezembro de 2001



Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

OBS: Até dezembro de 2001 foram criadas mais 1307 cooperativas

400 cooperativas não informaram data de fundação

FIGURA A2 – Evolução quantitativa das cooperativas brasileiras, por década de fundação, em dezembro de 2001

